

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

JOÃO ALBERTO GONÇALVES JUNIOR

**PROGRAMA NACIONAL DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
(ProInfo): a inserção das tecnologias no ensino analisada a partir
da produção científica no Brasil de 2010 a 2015**

**Pelotas
2017**

JOÃO ALBERTO GONÇALVES JUNIOR

**PROGRAMA NACIONAL DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
(ProInfo): a inserção das tecnologias no ensino analisada a partir
da produção científica no Brasil de 2010 a 2015**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre no curso de Mestrado em Política Social, pela Universidade Católica de Pelotas, sob orientação do Prof. Dr. César Augusto Soares da Costa

Pelotas
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G635p Gonçalves Junior, João Alberto
Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo): a inserção das tecnologias no ensino analisada a partir da produção científica no Brasil de 2010 a 2015. / João Alberto Gonçalves Junior . - Pelotas: UCPEL, 2017.
106f.
Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, BR-RS, 2017. Orientador: César Augusto Soares da Costa.
1.educação. 2.política pública de educação. 3. Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo). 4.tecnologias. I. Costa, César Augusto Soares da, or. II. Título.

CDD 370

**PROGRAMA NACIONAL DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL (ProInfo): a
inserção das tecnologias no ensino analisada a partir da produção científica
no Brasil de 2010 a 2015**

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientador Prof. Dr. César Augusto Soares da Costa (PPGPS/UCPel)

1º Examinador Professora Dr^a. Mara Rosange Medeiros (PPGPS/UCPEL)

2º Examinador Professora Dr^a. Simone Portella Teixeira de Mello (UFPEL)

Pelotas, ____ de _____ 2016

DEDICATÓRIA

Para minha amada esposa, Shana Gularte Della
Vechia, minha parceira, meu porto seguro que
este ano me deu o maior presente de todos, a
quem também dedico este trabalho, minha
Princesa Sofia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por toda graça alcançada e força para que eu pudesse manter foco em direção ao alcance dos objetivos;

Agradeço meus pais, João Alberto e Eliana, Maria Edenísia e Carlos Eduardo, que são exemplos de pessoas, de força e perseverança. Obrigado por nunca medirem esforços para me apoiar, pelos maravilhosos ensinamentos que sempre me fizeram conquistar aquilo que almejava, além dos estímulos para continuar buscando o meu melhor.

Agradeço minha família, em especial minha avó, Edenar Moreira Cabral, e meus tios, que sempre me apoiaram e que, com certeza, contribuíram muito na minha educação e formação;

Aos meus irmãos maravilhosos, Juliana, Tiago, Tauana, Maria Eduarda e Maria Clara, pelo incentivo e apoio incondicional – amo vocês;

Agradeço a toda família da minha esposa, aqui representada pela minha sogra, Cristina, e ao meu sogro, Renato. Obrigado pelo carinho e acolhimento. Vocês são maravilhosos;

Devo aqui fazer um agradecimento em especial à Dona Ielva, que durante esta caminhada nunca nos faltou – és uma pessoa maravilhosa – obrigado por tudo;

Tenho que agradecer a minha cunhada, Thaís, que sempre esteve disponível para nos ajudar, principalmente nestes últimos meses, com a chegada da Sofia – És uma pessoa iluminada, Thais. Obrigado por tudo.

A minha querida orientadora e amiga, Professora Myriam Cunha, pela amizade, disponibilidade, compreensão, apoio, atenção e dedicação. Foi e és fantástica! Obrigado por tudo;

Ao Professor César Augusto Costa, que aceitou o desafio de me orientar e ajudar na dissertação nesta fase final, o que foi de suma importância para construção deste. Obrigado pela paciência, atenção, dedicação e orientação, sempre muito didática e objetiva. És exemplo, Doutor! Obrigado por tudo;

Agradeço aos amigos Maurício, Ana, Sandro e Letícia pela parceria de sempre. Por estarem sempre por perto, ajudando, motivando ou mesmo oportunizando momentos de descontração. Vocês são especiais! #miiisfamilia

Agradeço aos meus colegas de Mestrado e colegas do Doutorado pelo companheirismo, camaradagem, amizade e compreensão durante o curso – Juliana, Lenara, Jandira, Diego, Fabiane, Carol, Renan, Giovani, Gabriela, Aline, Carmem, Rosaura, Rosana, João, Ana Cláudia, entre outros;

Aos professores do Programa por compreenderem as minhas limitações. Obrigado pela paciência e atenção, o que me ajudou muito a persistir e concluir o curso;

Agradeço à UCPel e seus funcionários na condução das atividades diárias, sempre com muito profissionalismo e atenção.

EPÍGRAFE

*“Eu não sou quem eu gostaria de ser;
Eu não sou quem eu poderia ser, ainda;
Eu não sou quem eu deveria ser.
Mas graças a Deus eu não sou mais quem eu era!”*
Martin Luther King

RESUMO

O presente trabalho trata de um diagnóstico do Programa Nacional de Tecnologia Educacional, o ProInfo, a partir da análise de teses e dissertações publicadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações entre os anos de 2010 e 2015. O foco desta dissertação teve como objetivo analisar o processo de implementação do programa neste contexto a partir desta produção. Este trabalho está organizado em quatro capítulos, sendo o primeiro a introdução, que justifica os motivos que levaram o pesquisador a abordar o tema em tela. O Capítulo 2 trata do Estado, Políticas Públicas e Tecnologias na Educação e realizará uma introdução sobre a política educacional. No Capítulo 3 serão apresentadas as análises e resultados do Proinfo. E por fim, apresentadas as conclusões a partir das pesquisas realizadas. Os resultados da análise destes trabalhos apresentam um panorama do programa como política pública de educação, que tem como objetivo o incentivo à utilização das tecnologias como uma prática pedagógica com intuito de apoiar o letramento digital, tornar a educação mais atrativa e propiciar uma melhor formação no que diz respeito as tecnologias de comunicação e informação. Concluiu-se que o programa apresenta várias lacunas na sua implementação, principalmente no que tange a constante avaliação da execução das práticas e acompanhamento das atividades para que as ações proativas sejam incorporadas, auxiliando assim no alcance dos objetivos do programa e de resultados mais efetivos.

Palavras-chave: Educação; Política Pública de Educação; Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo); Tecnologias.

ABSTRACT

The present study makes an analysis of the “Programa Nacional de Tecnologia Educacional”, also called ProInfo, based on theses and essays published on the “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações” between 2010 and 2015. The focus of this dissertation aimed to analyze the process of implementation of the program in this context from this production. It will be organized in four chapters, the first starting with an introduction that justifies the reasons that led the researcher to study the topic. Chapter 2 will cover the State’s participation, Public Policies and Technologies in Education, and will also do an introduction into educational policies. In chapter 3 will be presented analysis and results of ProInfo. At last, conclusions based on the researches will be made on Chapter 4. The results of the analysis of these studies present an overview of the program as a public education policy, which aims to incentive the use of technologies as a pedagogic practice to make education more appealing, and to ensure a better learning about communication and information technologies. Based on the study, it can be concluded that the program has many gaps in its implementation, especially in the evaluation of the execution of the activities so that proactive actions can be incorporated, therefore allowing the accomplishment of the program goals and reaching more effective results.

Keywords: Education; Public Policy of Education; National Program of Educational Technology (Proinfo); Technologies.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	73
QUADRO 2 – TESES E/OU DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD) DESCARTADOS.	75
QUADRO 3 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	78
QUADRO 4 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	79
QUADRO 5 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	80
QUADRO 6 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	81
QUADRO 7 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	82
QUADRO 8 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	83
QUADRO 9 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	84
QUADRO 10 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	84
QUADRO 11 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	85
QUADRO 12 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	87
QUADRO 13 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	88
QUADRO 14 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	88
QUADRO 15 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	89

QUADRO 16 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	90
QUADRO 17 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	91
QUADRO 18 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	92
QUADRO 19 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	93
QUADRO 20 – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD), PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015, TENDO COMO PALAVRA CHAVE DA PESQUISA O PROINFO.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - TESES E/OU DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD) DESCARTADOS.	76
GRÁFICO 2 - TESES E/OU DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD) DESCARTADOS.	78

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TESES E/OU DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD) DESCARTADOS.	77
TABELA 2 - TESES E/OU DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD) DESCARTADOS.	77

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PROJETOR PROINFO	61
FIGURA 2 - E-PROINFO - AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	62
FIGURA 3 - AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	62
FIGURA 4 - LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	62
FIGURA 5 - LOUSA INTERATIVA.....	63
FIGURA 6 - APLICATIVOS E PROGRAMAS VOLTADOS PARA APRENDIZAGEM	64
FIGURA 7 - LAPTOPS.....	64
FIGURA 8 - "TABLET'S"	65
FIGURA 9 - ACESSO A INTERNET VIA "WIFI"	65

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DIREDD	Diretorias Regionais da Educação, da Cultura e dos Desportos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
NTE	Núcleo de Tecnologia Educacional
OLPC	“One Laptop per Child”(Um Laptop por criança)
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ProInfo	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PRONINFE	Programa Nacional de Informática Educativa
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UCA	Um Computador por Aluno
UNICEF	United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)
PNE	Plano Nacional de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
EDUCOM	Educação e Computador

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 OBJETIVOS	26
1.1.1 Objetivo Geral	26
1.1.2 Objetivos Específicos	26
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
2 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO	29
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTAS GARANTIDORAS DOS DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS.....	29
2.2 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL.....	35
2.3 O ESTADO E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	42
2.4 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA DIGITAIS NA EDUCAÇÃO..	49
2.5 INSERÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NA EDUCAÇÃO	54
2.5.1 Tecnologia de Informação e Comunicação	54
2.5.2 A inserção das Tecnologias da Informação e comunicação (TIC) na educação	55
2.5.3 A inserção das TIC's na educação no Brasil	56
2.6 O PROINFO.....	57
3 ANÁLISES E DISCUSSÕES DO PROINFO	69
3.1 RESULTADOS ENCONTRADOS	75
3.2 DIVISÃO POR ABORDAGEM E ANO DE PUBLICAÇÃO.....	76
3.3 ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÃO.....	78
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	100

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, a partir do final do século XX começa a ter o investimento em educação como uma de suas prioridades, em função da abertura de mercado na década de 90, que desencadeou na crescente demanda das indústrias por pessoas qualificadas e novas tecnologias. Esse panorama corrobora para que o país invista maior percentual de seu Produto Interno Bruto (PIB) na educação, além de políticas educacionais com objetivo de fomentar o ensino de qualidade e mais técnico no Brasil. Hoje, ainda que a educação no Brasil seja alvo de críticas e assunto para ser abordado com mais ênfase e preocupação pela governança pública, os índices de analfabetismo vem reduzindo a cada ano, mas, ainda há muito a ser feito. De acordo com o último Relatório de Desenvolvimento Humano Global (2014) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o Brasil ocupa a 79ª posição no ranking mundial de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) onde a educação é um dos 3 itens considerados. Os outros dois são saúde e renda.

Um dos diversos problemas da Educação Básica no Brasil em debate tem como pilar o fracasso escolar, onde é possível citar três causas mais específicas, de acordo com relatório da Fundação Victor Civita, mantido pela editora abril: reprovação, repetência e evasão (2003, p. 24).

Destas três causas, a evasão escolar, tem sido enfrentada de forma peculiar com políticas públicas voltadas para sua diminuição de diversas maneiras, das quais algumas serão citadas a seguir.

De acordo com a United Nations Children's Fund (UNICEF) em seu relatório publicado em 13 de julho de 2015, o Brasil muito avançou na redução da evasão escolar a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) criado em 1990 com o objetivo de proteger integralmente crianças e adolescentes, sendo esse o marco legal dos direitos humanos da infância e adolescência. Além disso, programas do

governo federal incentivam a manutenção da matrícula e permanência das crianças nas escolas.

Autores como Ferreira (2011), aliado à teorias de outros autores como Cunha (1997) e Charlot (2000), citam como consequência da evasão escolar, o aumento nos índices de mortalidade infantil, dependência química, desemprego e baixo nível de renda, além da exposição à violência. Alguns dos motivos que podem explicar a evasão escolar são: auxílio junto aos pais em casa ou no trabalho, necessidade de trabalhar, muitas vezes por ser arrimo de família e a falta de interesse. Para as duas primeiras possíveis causas, existem instrumentos que podem auxiliar, valendo-se dos recursos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Pode-se, também, contar com a intervenção do Conselho Tutelar dos Municípios para que auxiliem tomando as medidas cabíveis. Além, é claro, da necessidade de maiores investimentos no que diz respeito a política de assistência estudantil.

Um dos programas que podemos citar aqui que envolve muito a questão educação é o Programa Bolsa Família. O Programa Bolsa Família foi criado em 2003 com intuito de combater a desigualdade e pobreza no Brasil. Previsto em Lei, Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, possui uma administração descentralizada, envolvendo União, Estados e municípios, busca permitir que as famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso a direitos básicos, e tem 3 eixos basilares, conforme o site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário:

“Complemento da renda — todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza.

Acesso a direitos — as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social.

Importante — as condicionalidades não têm uma lógica de punição; e, sim, de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Por isso, o poder público, em todos os níveis, também tem um compromisso: assegurar a oferta de tais serviços.

Articulação com outras ações — o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o

desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.”

O programa vem ao encontro do trabalho em tela, pois os beneficiários tem responsabilidades no que diz respeito à educação e saúde. Estas responsabilidades são de ordem de condicionalidade para ter acesso ao benefício. Na área da educação as responsabilidades básicas são mencionadas no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, tal como o que segue:

- Os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola;
- A frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês.

No entanto, mesmo o programa trabalhando a necessidade da presença do aluno na escola responsabilizando os pais, como conscientizar o aluno da importância dele estar em sala e, principalmente, trabalhando a questão do desinteresse?

Em um mundo globalizado onde as informações estão disponíveis em várias plataformas(dispositivos com acesso a internet) e contribuindo para a mudança constante da forma de agir e pensar das pessoas, como incluir crianças e adolescentes de baixa renda, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade social?

É fato que se a didática utilizada em sala de aula não acompanhar a rápida evolução na troca de informações e aprendizado, ela deixa de ser atrativa e sendo assim, contribui para evasão e falta de interesse na escola.

O avanço das tecnologias integradas de comunicação como novas ferramentas de ensino, podem contribuir na educação, por meio do letramento digital, a atender as exigências de uma sociedade globalizada onde a informação e o conhecimento se tornou um bem de grande valor(aqui ressaltando que não será objeto de debate a questão da globalização para não se fazer um estudo exaustivo e, assim, perder o foco que é a inserção da tecnologia na educação). No intuito de minimizar a falta de interesse, muito tem se trabalhado com políticas públicas. O

Governo Federal tem lançado desde a década de 90, estudos na área da educação, ciência, tecnologia e inovação em busca da modernização e qualidade de ensino. São resultados desses trabalhos, projetos e programas como o incentivo às tecnologias em sala de aula, com o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) e Um Computador por Aluno (UCA). Esses projetos seguem um modelo de inserção das tecnologias no ensino como forma de inclusão digital criado nos Estados Unidos, o *One Laptop Per Child* (OLPC).

Diante disso, este trabalho tem como foco o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) lançado no ano de 1997 pelo Governo Federal que teve por objetivo a melhoria da qualidade do ensino através de novos processos e metodologias de ensino, através de meios auxiliares tecnológicos e amparo nas TIC's – Tecnologias da Informação e Comunicação.

Para construção deste trabalho, foi realizada uma pesquisa sobre o ProInfo para que se faça uma ambientação sobre a política de inserção das tecnologias na educação. Após realizar-se-á uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações que tiveram como objeto de pesquisa a palavra ProInfo.

Com essas informações, a proposta de pesquisa buscou desenvolver estudo do programa voltado para a inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação no Brasil, investigando os métodos de implantação, as ações desencadeadas, os problemas enfrentados e as ações executadas e assim, avaliar os programas pela análise dos dados levantados. O trabalho proporcionou uma reflexão sobre as ações implementadas, os problemas e dificuldades encontradas, além dos benefícios como Política de Educação.

Tendo como questão central a análise do programa de inserção de tecnologia na educação no Brasil, a pesquisa desenvolvida, buscou responder a seguinte pergunta:

O que as produções acadêmicas brasileiras sobre o ProInfo nos mostram sobre a inserção das tecnologias de informação e comunicação no ensino, considerando um período de análise compreendido entre os anos de 2010 e 2015?

De onde possibilitou responder às seguintes perguntas secundárias:

- Onde ocorreram os pontos de partida para os projetos de inserção da tecnologia de informação e comunicação na educação?
- Quais os objetivos desses projetos no Brasil?
- Quais ações e tecnologias foram inseridas na educação brasileira?
- Em que contexto foram e estão sendo implementadas no Brasil?
- Quais os resultados do projeto de inserção da tecnologia obtidos até o momento, de acordo com a análise dos estudos encontrados?

A análise da inserção das tecnologias na educação é de extrema relevância para a construção e aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais no Brasil. Atualmente vivemos cercados pela tecnologia. Desde muito cedo as crianças já estão em contato com a tecnologia e começam a construir conhecimento utilizando instrumentos tecnológicos. Não é incomum vermos bebês imitando os pais no uso de aparelhos *touch screen*, por isso, ao ingressarem na escola já estão acostumados a terem contato com diversas ferramentas tecnológicas.

Com base nestas percepções, é possível que ao utilizarmos essas ferramentas no ambiente escolar consigamos manter as crianças mais motivadas e interessadas no processo educacional.

Ao analisarmos essa inserção podemos verificar se haverá uma diminuição dos índices de reprovação, repetência e evasão escolar que foram apontados pela literatura como algum dos principais pontos negativos no desenvolvimento educacional. Sendo assim, as políticas educacionais poderão estar em um caminho de maior sucesso para a melhoria dos índices de desenvolvimento.

Além disso, também pode ser encontrados indicativos de falha no processo, que podem ser aperfeiçoados e assim, corrigidos pelos próprios gestores educacionais.

O tema também tem uma importância pessoal, enquanto atuamos como coordenador de modernização do ensino técnico e, na busca de melhores alternativas para os meios auxiliares na educação e de apoio ao professor em sala de aula. Tal experiência me proporcionou conhecer muitos novos processos e projetos, além de cases de sucesso que me fizeram refletir sobre as aulas das décadas passadas, contextualizadas com o cotidiano vivenciado hoje.

A questão da modernização da metodologia do ensino começou com a nossa experiência no ensino técnico em Mecânica Industrial pela Escola Técnica Parobé, mesma escola onde cursei o 2º Grau. A grande diferença que se tinha de ensino pela manhã, quando aconteciam as aulas do ensino técnico, se comparadas as aulas do turno da tarde, quando estávamos nas aulas curriculares do 2º grau (hoje ensino médio), eram evidentes. Como pode uma diferença tão grande no ensinar em uma mesma instituição?

A diferença mais nítida era que mesmo nas aulas mais teóricas do ensino técnico, estávamos rodeados por máquinas e equipamentos que utilizaríamos futuramente a partir do conhecimento obtido nas aulas teóricas. Dessa forma, tudo que estávamos aprendendo, conseguíamos nos imaginar colocando em prática naqueles grandes equipamentos ou máquinas a nossa frente, havia ali um grande estímulo por ver aquele aprendizado na prática. Distante disso estavam as disciplinas do 2º Grau que, além de não se utilizarem dos cursos técnicos que ali tinham, ainda se sofria grandes perdas com trocas ou mesmo falta de professores em diversas matérias.

Superadas as dificuldades, chega o ingresso ao ensino superior. Motivado pelas aulas naqueles grandes galpões da Escola Técnica Parobé e aprovado no vestibular para o curso de Engenharia Mecânica, adentro os portões da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul com ânsia de conhecimento e prática, que somadas as aulas e estágios realizados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nos laboratórios de metalurgia, me incitavam tanto que 15 horas do meu dia eram função destas duas instituições de ensino superior.

No início dos 2000, ingresso nas fileiras do Exército Brasileiro, onde me formo Aspirante a Oficial e sou transferido para Cruz Alta. Nesta cidade, por falta de um curso na área das engenharias e motivado pelas aulas práticas, interdisciplinares e muita curiosidade, prestamos vestibular para o curso de Licenciatura Plena em Química da Universidade de Cruz Alta, onde novamente sou surpreendido com disciplinas articuladas e mais aulas práticas.

Findando os quatro anos de curso, iríamos para o estágio de licenciatura e mais uma vez me deparo com uma triste realidade: dar aulas de química com um giz branco e quadro negro. Na tentativa de fazer diferente e diferença nas aulas e para aqueles alunos, utilizamos um projetor de multimídia próprio, e levava filmes, vídeos interativos e materiais que os alunos pudessem utilizar como forma de materialização do conhecimento e assim, a partir de uma aula teórica, buscava mostrar como a química funciona na prática e que de que forma ela se apresenta em tudo que nos rodeia, o que, além de tornar as aulas mais atrativas, contribuía sobremaneira para que aqueles alunos realmente gravassem aquelas experiências. Aqui começa o meu interesse pela inserção das tecnologias de informação e comunicação na sala de aula como meio auxiliar de ensino.

No ano de 2009, quando assumimos como coordenador do projeto de modernização do ensino bélico em uma escola do Exército Brasileiro, em função de ver a dificuldade de dar destino aos manuais e apostilas impressas que não eram mais utilizados e que continham assuntos que tratam de assuntos de interesse exclusivo das forças armadas comecei a pesquisar melhor sobre modernização do ensino pela inserção das TIC's nas salas de aula. Em 2011, induzido pelas experiências anteriores com as tecnologias, inicio um estudo de viabilidade para que cada aluno militar desta escola, quando da sua chegada, recebesse um tablet, substituindo assim os 9 manuais que hora vinham recebendo, facilitando mobilidade, economizando papel e impressão, evitando o descarte de toneladas de papel, bem como a melhoria e modernização das instruções.

Em 2012 conseguimos colocar um projeto piloto: uma sala de aula toda equipada e com um tablet para cada aluno. Para não causar muito impacto no aperfeiçoamento dos militares, já que o curso vale grau que acompanha toda vida

profissional do militar como promoção e transferência, o projeto foi iniciado em apenas uma disciplina, onde todos os alunos experimentaram e avaliaram a utilização dos equipamentos, obtendo ao final da disciplina um retorno bastante positivo dos alunos e instrutores.

A partir desse projeto, passamos a coordenar o projeto de modernização do ensino em mais uma escola bélica aqui no Rio Grande do Sul e, em função disso, fui convidado a participar de um congresso sobre tecnologias na educação nos Estados Unidos. Como o trabalho realizado no Exército Brasileiro era destinado a andragogia, o que foi apresentado neste congresso acabou nos chamando a atenção ainda mais para o que as TIC's poderiam auxiliar no ensino, pela mudança de hábitos e todos os benefícios trazidos para a sala de aula.

Na busca contínua por metodologias inovadoras e novas tecnologias que servissem como meios auxiliares de ensino participamos de outros diversos congressos no Brasil, Uruguai e Chile. Nestas ocasiões tivemos oportunidade de constatar diversos casos de sucesso envolvendo as Tecnologias de Informação e Comunicação em sala de aula, além de observar que alguns Estados possuem uma gama de pesquisas e trabalhos sobre as TIC's em salas de aula, com diferentes resultados e experiências.

Atraído pelo tema, optou-se por pesquisar os projetos de inserção das tecnologias em sala de aula no ensino público do Brasil, mais especificamente o ProInfo.

O ProInfo – Programa Nacional de Tecnologia Educacional, foi criado no ano de 1997 para difundir o uso das tecnologia de informação e comunicação no ensino, através do uso de computadores conectados à uma rede de internet nas escolas públicas brasileiras, como forma de enriquecimento pedagógico. Nesse sentido, com este trabalho busca-se contribuir com novas questões no que tange a inserção das tecnologias no ensino através do Programa Nacional de Tecnologia no ensino, pois trata-se de uma política educacional que ainda paira muitas dúvidas com relação a sua implementação, onde estão sendo praticados, bem como dos seus resultados.

Em uma pesquisa inicial ainda não há uma compilação das análises de trabalhos científicos publicados no período compreendido entre 2010 e 2015. O que se espera como resultado deste trabalho é fazer um acompanhamento da evolução do Programa de Inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação por meio da análise desses trabalhos e, assim, obter um panorama do programa.

A pesquisa foi realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, tendo como palavra chave o ProInfo e teve como finalidade buscar o que vem sendo trabalhado em termos de inserção das tecnologias em sala de aula, resultados obtidos e ações desenroladas no período de 2010 a 2015.

Na busca de um melhor entendimento e compreensão do assunto, este trabalho foi organizado em três capítulos que se seguem após esta introdução, que justifica os motivos que levaram o pesquisador a abordar o tema em tela, apresentando vivências e experiência profissionais do pesquisador, no que tange a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação, além da contribuição que se espera apresentar com esta pesquisa. Logo, são apresentados os objetivos que constituíram esse estudo e as escolhas metodológicas.

O Capítulo 2 (*Estado, Políticas Públicas e Tecnologias na Educação*), realizará uma introdução sobre a política educacional. Abordaremos a inserção das tecnologias de informação e comunicação na Educação, mostrando o que são as TIC's, a inserção delas na educação em nível mundial e no Brasil, o que são as TIC's e qual seu propósito como ferramenta auxiliar para potencializar ações de melhoria na educação. Tais aspectos nos remetem a uma reflexão entorno do assunto, abordando o ProInfo como Política de educação, trazendo assim, uma discussão sobre suas intenções e objetivos frente a sua concepção como política de educação. Ao final, procurou-se demonstrar uma abordagem sobre o ProInfo – Legislação, implementação e implantação do programa, visando apresentar os procedimentos institucionais do Programa no que se refere equipar uma sala de aula ou mesmo de uma instituição de ensino que pretende se candidatar ao mesmo em seu plano escolar.

No Capítulo 3(*Análise e resultados do Proinfo*) são apresentadas as escolhas metodológicas deste estudo, relatando a trajetória percorrida e as informações sobre os trabalhos pesquisados. Por fim, apresentaremos as conclusões a partir das pesquisas realizadas.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

- Analisar a utilização do ProInfo na educação brasileira sob a perspectiva da produção científica publicada no período de 2010 a 2015, que estudaram e avaliaram as práticas do Programa Nacional de Tecnologia Educacional no Brasil.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar a origem dos projetos de inserção das tecnologias de informação e comunicação em sala de aula;
- Verificar sua influência no processo de inserção na política educacional brasileira;
- Analisar os resultados encontrados até o momento e sua interferência no processo educacional brasileiro.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem por objetivo analisar o programa de inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação na educação, Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo. Para tanto, utilizou-se de uma metodologia qualitativa, que tem como objetivo descrever de maneira mais ampla um fenômeno ou acontecimento, sendo, neste caso, o programa brasileiro de inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação, chamado Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo). Segundo Minayo (2010) uma abordagem qualitativa trabalha com um conjunto de valores compreendidos como

parte da realidade social através da interpretação da ação do homem, vivenciado ou compartilhado.

Formuladas as questões chave do trabalho com o intuito de nos aproximarmos do objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica buscando expor características do objeto em estudo. De acordo com Vergara (2014), uma pesquisa bibliográfica é um estudo sistematizado através de publicações em livros, revistas e jornais que abordem a respeito de determinado tema e que forneça dados para outro tipo de pesquisa, podendo ainda, a pesquisa cessar em si mesma. Realizada a revisão bibliográfica, encerra-se aqui a primeira etapa do trabalho.

Após revisão bibliográfica e mapeada a definição do ProInfo e das TIC's, iniciou-se a segunda etapa do trabalho, aqui formatada por uma análise bibliográfica com a intenção de averiguar pesquisas publicadas que tratam especificamente do ProInfo, buscando informações sobre sua implementação, ações e resultados alcançados com a inserção da tecnologia na sala de aula. Para Severino (2009), toda estrutura metodológica de uma produção acadêmica deve ter uma postura que imprima uma construção de conhecimento, incorporado a uma ação investigativa para, assim, desenvolver uma real prática de pesquisa.

Segundo Larocca, Rosso e Souza (2005) um dos tipos de pesquisa qualitativa é a meta-análise, que possibilita analisar a produção científica com suas tendências e obstáculos, o que indica as possibilidades mais adequadas de produção.

Diante do exposto, esta metodologia foi escolhida por fornecer um instrumental analítico que possibilita a investigação e análise bibliográfica para obtenção dos dados de maneira mais adequada a responder às questões de pesquisa deste projeto de dissertação.

Posteriormente a ambientação sobre a política de inserção das tecnologias de comunicação e Informação no ensino, organizada na segunda etapa do trabalho, a terceira etapa se propôs pesquisar trabalhos acadêmicos - teses e dissertações –

que abordem o ProInfo na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015.

O intervalo de tempo das publicações utilizadas neste trabalho como referência, de 2010 à 2015, foi definido a partir de uma primeira pesquisa realizada com trabalhos que abordam a inserção das tecnologias na educação.

Nesta primeira pesquisa foi possível identificar outras produções científicas que analisaram e avaliaram o programa no intervalo de tempo que compreende desde sua concepção, 1996, até o ano de 2011. Este trabalho pretende arrematar o ciclo de análises até último ano fechado, neste caso, o ano de 2015.

A busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações teve como palavra chave da pesquisa o ProInfo. Após a busca, leitura e verificação dos trabalhos encontrados, iniciou-se uma quarta fase, desenvolvida por meio da análise e interpretação dos dados encontrados e continuada por um relatório deste levantamento. A análise dos dados foi realizada por uma apreciação dos dados contidos nas teses e dissertações, orientada por artigos, livros e a legislação em vigor que tratam da inserção das tecnologias no ensino, buscando assim uma melhor interpretação das informações contidas nos documentos supracitados.

Após da análise e interpretação, na quinta e última etapa, encontra-se a conclusão deste trabalho, onde é avaliado a partir dos trabalhos publicados a atuação do programa, com a análise de indicadores trabalhados e resultados alcançados pelo ProInfo.

O trabalho direcionou-se a uma pesquisa e análise bibliográfica das produções científicas que tratam sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional, neste caso o ProInfo, referente à projetos de Inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação na educação do Brasil, no intuito de entendermos o processo de implementação e analisar os resultados obtidos até o momento.

2 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

Neste capítulo é apresentado uma revisão bibliográfica sobre a formulação das Políticas Públicas como ferramentas garantidoras dos direitos sociais fundamentais, das políticas educacionais e suas relações com a inserção das tecnologias de Informação e comunicação no ensino, com intuito de trazer um apanhado de informações e proporcionar o debate acerca do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), tema central deste trabalho.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTAS GARANTIDORAS DOS DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS

A história da gestão pública da Educação brasileira apresenta uma tradição de fragmentação, com inúmeros programas educacionais voltados para atender no curto prazo a públicos específicos. E o que é mais grave: esses programas muitas vezes não passam por controles sociais, não sofrem monitoramento e não são avaliados (RONCA, 2015).

No entanto, torna-se relevante considerar que no Brasil estão presentes inúmeras realidades. Por exemplo, a situação dos territórios vulnerabilidade social nas grandes metrópoles, que se constituem espaços que foram transformados pela ação do homem e onde a população que ali reside tem muita dificuldade para o acesso a bens e serviços públicos. Em vários desses espaços, a escola de Educação Básica é o único equipamento público presente. Nesse caso, caberá aos gestores organizarem propostas específicas para esses territórios, que exigem cuidados especiais para as mudanças necessárias poderem se concretizar a qualidade da educação: políticas públicas e equidade.

Considerando a equidade como princípio norteador das políticas públicas, cabe uma agenda que busque reduzir a desigualdade nos territórios. Na Educação se faz pertinente possibilitar o acesso das crianças à escola, a permanência nela e a consequente aprendizagem. Na organização das ações voltadas para essa redução, caberá também à Educação papel de articulação das esferas de saúde, cultura, esporte, assistência social, para além de inúmeras outras áreas. Essa atividade intersetorial será relevante para a elevarmos o nível de vida dessas populações mais vulneráveis das metrópoles. Além deste problema referente às metrópoles, a análise da conjuntura atual da sociedade brasileira nos leva a ressaltar alguns outros desafios, que necessitarão de políticas públicas estruturantes para sua superação.

Sendo assim, as relações consideradas fundamentais para a compreensão da política educacional é a que se estabelece entre Estado e políticas sociais, ou melhor, entre a concepção de Estado e a(s) política(s) que este implementa, em uma determinada sociedade, em determinado período histórico.

A Constituição Federal/1988, conhecida como “Constituição Cidadã” enfatiza um de seus princípios fundamentais, a cidadania que consagra a assistência social como direito subjetivo público e política integrante do sistema de proteção social brasileiro, assim, a assistência passa a ser elemento fundamental na luta pela realização dos objetivos de justiça e igualdade. A trajetória das políticas no Brasil é diferenciada: a saúde, a previdência e a assistência social, por exemplo, possuem trajetórias históricas diferentes e, embora elas componham o tripé da Seguridade Social, ainda não estão suficientemente agregadas. Torna-se necessário, dessa forma, articular tais políticas em torno de esferas públicas ampliadas para além de encontros, fóruns e conferências setorializadas (ALVES E FERREIRA, 2016, p. 4).

Adotamos a concepção de política pública tal como Pereira (1996, p.30) a define, ou seja, como "linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei". As políticas públicas, embora sejam de competência do Estado, não representam decisões autoritárias do governo para a sociedade, mas envolvem relações de reciprocidade e antagonismo entre essas duas esferas. São mediante as políticas públicas que são distribuídas ou redistribuídas bens e serviços sociais em resposta às demandas da sociedade e, por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual.

As políticas públicas distinguem-se entre as que regulam atividades econômicas de interesse público (estatais/privadas) sendo o governo que detém a prerrogativa de planejar e formular, em decorrência de sua competência regulatória integral (art. 174,CF/88). São mediante as políticas públicas que são distribuídas ou redistribuídas bens e serviços sociais em resposta às demandas da sociedade e, por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual (ALVES E FERREIRA, 2016).

Já as Políticas que implementam os direitos sociais (políticas socioassistenciais), são instituídas pelos conselhos e executadas diretamente pela Administração Pública, seus Ministérios e secretarias, nos níveis federativos, instituindo planos e programas, com a participação de entidades e organizações sociais, mediante convênios. São políticas de Estado, em seu traçado institucional (art. 6º.), não somente na assistência social como em outras áreas (ALVES E FERREIRA, 2016).

Na análise e avaliação de políticas implementadas por um governo, fatores de diferentes natureza e determinação são importantes. Especialmente quando se focaliza as políticas sociais (usualmente entendidas como as de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento etc.) os fatores envolvidos para a aferição de seu “sucesso” ou “fracasso” são complexos, variados, e exigem grande esforço de análise.

Estes diferentes aspectos devem estar sempre referidos a um contorno de Estado no interior do qual eles se movimentam. Torna-se importante aqui ressaltar a diferenciação entre Estado e governo. Para termos uma compreensão conceitual, é possível se considerar o Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período. Estado não pode

ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas.

As políticas públicas são compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada.

Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais.

Nestes termos, entendemos a educação como uma política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos. As políticas sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. Com referência à política educacional, esta complexidade de fatores em seu delineamento é explicitada teoricamente no que tange à discussão dentro do Estado Capitalista (HOFLING, 2001).

As ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados. Especialmente por se voltar para e dizer respeito a grupos diferentes, o impacto das políticas sociais executadas pelo Estado capitalista sofrem o efeito de interesses diferentes expressos nas relações sociais de poder. Sendo assim,

Pensando em política educacional, ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia do processo de aprendizagem, da gestão escolar e da aplicação de recursos são insuficientes para caracterizar uma alteração da função política deste setor. Enquanto não se ampliar efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e de execução da política educacional, estaremos alcançando índices positivos

quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação política da educação (HOFLING, 2001, p. 39).

Em virtude da complexidade cada vez maior da sociedade brasileira e também em função de diferentes visões de mundo, encontramos hoje, ao lado das instituições públicas como secretarias de Educação e Ministério da Educação, inúmeros outros atores lutando pela hegemonia na agenda da Educação: Congresso Nacional, Conselho Nacional de Educação, Fórum Nacional de Educação, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, Poder Judiciário, Ministério Público, igrejas, entidades representativas de múltiplos interesses (Anpae, Anped, Cenpec, Anfope, Cedes), Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), fundações mantidas por empresários (Todos Pela Educação, Fundação Lemann, Instituto Itaú Unibanco), universidades públicas, universidades privadas, entidades de proprietários de instituições de Ensino Superior e muitas outras.

No Brasil há uma tradição de que as políticas públicas são elaboradas e implementadas pelo Estado e, em algumas circunstâncias, contam com a participação de entidades privadas. Há situações, inclusive, em que as ações previstas nos diferentes planos são operacionalizadas apenas pela iniciativa privada.

No entanto, o que é novo é que nos últimos 30 anos observa-se um interesse e uma participação cada vez maiores de grupos empresariais nas questões da Educação Básica, seja com a expectativa do direcionamento dos recursos dos entes federados, União, estados e municípios, seja na intenção de interferirem na elaboração das políticas públicas para a Educação Básica.

Deve-se registrar que há muita divergência nos projetos políticos dos atores acima citados. Assistimos a uma luta de projetos diferentes, com escolhas e interesses estratégicos muito diversos.

A elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) também ocorreu nesse cenário, com repercussão em vários artigos cuja redação foi configurada dependendo da correlação de forças e da hegemonia de determinados grupos (RONCA, 2015).

No cenário atual do nosso País, em que nos próximos dez anos teremos pela frente uma tarefa urgente e complexa de efetivar o PNE, observa-se a ampliação crescente do sentimento de intolerância com as crenças ou opiniões de pessoas, partidos e instituições, e o aumento do conservadorismo que se opõe a alterações nos usos e costumes de uma determinada sociedade. Assim,

A aceitação da equidade, enquanto princípio orientador das políticas públicas que serão implementadas no Plano Nacional de Educação, exigirá um diálogo contínuo sobre os rumos da Educação que será incompatível com níveis de intolerância. Por outro lado, para a implantação da equidade, será necessária a implantação de mudanças que permitam atacar a desigualdade (RONCA 2015, p, 105).

Para o entendimento global dos direitos humanos em um regime democrático é fundamental que se trate da cidadania e sua construção, atendendo de forma plena as necessidades básicas, e no que se tange o acesso a informação.

A Constituição Federal em seu artigo 6º contempla:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

É importante enfatizar que as assistências se apresentam nestes diversos segmentos, que trata o artigo 6º, como uma prática, feitas em nome do público e não como política, garantindo acesso a necessidades básicas, se não vejamos:

[...] a assistência social como política pública se ocupa do provimento de atenções para enfrentar as fragilidades de determinados segmentos sociais, superar exclusões sociais e defender e vigiar os direitos mínimos de cidadania e dignidade. É política de atenção e defesa de direitos: o direito a sobrevivência em padrões éticos de igualdade construídos historicamente em uma dada sociedade (SPOSATI, 1995, p.10)

Mais especificamente são ações das autoridades públicas para a sociedade em forma de programas governamentais, garantindo acesso a bens e recursos para suprir necessidades básicas para formação do cidadão.

2.2 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL

O presente tópico visa examinar de modo breve as relações entre os problemas de acesso, permanência e qualidade e a configuração histórica do Estado brasileiro e, conseqüentemente, da política educacional como um direito social a partir dessa configuração. Destacamos as profundas desigualdades sociais e regionais e o correlato processo excludente quanto ao direito à educação no Brasil, tanto do ponto de vista normativo-político, quanto do ponto de vista das dinâmicas intraescolares. Tais fatores evidenciam a necessidade de reflexão sobre a dívida histórica do país com a constituição de um sistema nacional de ensino e com a garantia do direito à educação (ARAÚJO, 2011).

Entendemos que o “problema maior de estudar” tem profundas ligações com a configuração do Estado brasileiro e, conseqüentemente, com a política educacional que foi traçada a partir dessa configuração. Enquanto em outros países, já no século XIX, os sistemas nacionais de educação começavam a se articular e a generalização da instrução elementar passava a ser entendida como uma tarefa precípua do Estado nacional. Pois ainda não temos, no Brasil do século XXI, um sistema de educação que possa ser denominado nacional, dadas as profundas disparidades entre redes, sistemas de ensino, entre Estados e regiões.

O direito à educação pode ser traduzido basicamente em dois aspectos: a oportunidade de acesso e a possibilidade de permanência na escola, mediante educação com nível de qualidade semelhante para todos. O direito à educação traz uma potencialidade emancipadora do ponto de vista individual e igualitária do ponto de vista social, visto que a sua afirmação parte do pressuposto que a escolarização é niveladora das desigualdades do ponto de partida. Com base nisso, a partir de 1917, a escolarização foi transformada em responsabilidade estatal e social pela maioria dos países mediante inscrição em textos constitucionais (SACRISTÁN, 2000).

Contudo, não se pode confundir a existência de escolas públicas com o direito à educação. O direito à educação pressupõe o papel ativo e responsável do Estado tanto na formulação de políticas públicas para a sua efetivação, quanto na

obrigatoriedade de oferecer ensino com iguais possibilidades para todos. Quando o Estado generaliza a oferta de escolas de ensino fundamental, tem o poder de responsabilizar os indivíduos e/ou seus pais pela frequência.

Portanto, o direito à educação, diferentemente dos demais direitos sociais, está estreitamente vinculado à obrigatoriedade escolar. Isso porque, enquanto os cidadãos podem escolher entre fazer uso ou não dos demais direitos sociais, a

educação é obrigatória porque se entende que as crianças não se encontram em condições de negociar se querem ou não recebê-la e de que forma. Paradoxalmente, a educação é ao mesmo um direito e uma obrigação. Assim, o direito de não fazer uso dos serviços educacionais não está colocado como possibilidade e a perspectiva emancipadora não está colocada como ponto de partida e, sim, como ponto de chegada. Daí a relação estreita entre direito à educação e educação obrigatória (HORTA, 1998).

No Brasil o processo de afirmação dos direitos de cidadania (ainda inconcluso) irá conferir um grau maior de ambiguidade nas medidas de proclamação e de implementação do direito à educação, uma vez que apenas a partir de 1988 uma concepção universalista dos direitos sociais foi incorporada ao sistema normativo brasileiro e que o processo de afirmação dos direitos no país foi assinalado pela defasagem entre os princípios igualitários proclamados na lei e a realidade de desigualdade e de exclusão (TELLES, 1999).

Essa introdução tardia da concepção universalista dos direitos sociais guarda relação com a não institucionalização de uma esfera pública democrática, pois os ideais de igualdade e justiça eram e ainda são introduzidos numa sociedade marcada por relações verticalizadas e autoritárias e, portanto, fraturada internamente por suas contradições.

Além disso, o ideal emancipador e igualitário do direito à educação também foi mitigado pelas próprias relações que se estabeleceram na dinâmica interna da escola, já muitas vezes denunciadas como reprodutoras das desigualdades sociais e como inculcadoras dos valores e interesses das classes sociais que detêm o poder econômico e político. As práticas curriculares, avaliativas e de gestão das escolas

brasileiras vêm, ao longo da história, corroborando um contexto de exclusão de um enorme contingente de brasileiros da plenitude de significado do direito à educação composto pelo acesso, pela permanência e pela qualidade para todos.

Primeiramente pela dificuldade de acesso, quando não havia acesso à educação obrigatória para a maioria dos brasileiros; depois, quando houve a ampliação do acesso por volta dos anos 1970, pelos mecanismos que levavam à reprovação de grande contingente de alunos que superavam a barreira do ingresso na etapa obrigatória de escolarização e; atualmente, com a quase universalização da oferta da etapa obrigatória de escolarização, o direito à educação vem sendo mitigado com a baixa qualidade do ensino oferecido pelas escolas, que faz com que muitos alunos percorram todas as séries do ensino fundamental, mas não se apropriem do instrumental mínimo para o exercício da cidadania num contexto em que o letramento é condição mínima para inserção social.

Se, no Brasil, não podemos falar de direitos como normas de civilidade nas relações sociais mediante os pressupostos da igualdade e da reciprocidade, podemos afirmar que esse ideal sempre esteve no horizonte político como campo de referência para as lutas pela cidadania (ARAÚJO, 2011).

Apesar de os direitos sociais terem sido inscritos no sistema normativo brasileiro desde a década de 1930, essa inscrição se deu desde uma perspectiva classista no contexto do Estado corporativo inaugurado por Getúlio Vargas. Disso resulta a íntima relação entre os direitos sociais e o mundo do trabalho regulado e a exclusão de amplos contingentes da população brasileira (empregadas domésticas e trabalhadores rurais, por exemplo) das garantias sociais.

E é justamente esse campo de referência do possível que nos coloca o problema complexo da relação entre o projeto brasileiro de modernização e os princípios da igualdade e da responsabilidade social como chaves de compreensão para a questão da cidadania no Brasil e, mais ainda, nos desafia a entender “se” e “como” circulam socialmente os direitos conquistados nos embates travados nesses campos nas últimas décadas, como é o caso das garantias constitucionais

de 1988, ou mais especificamente, “se” e “como” o direito tem se configurado como mediação jurídica e política nas relações sociais.

De início, é preciso destacar que a expansão das oportunidades de escolarização no Brasil foi assinalada por uma ambiguidade fundamental: ao mesmo tempo em que havia um reconhecimento, no nível do discurso, da educação escolar como fator importante para o desenvolvimento econômico e social, ou seja, como projeto civilizador, o direito ao acesso e à permanência na escola elementar era negado tanto pelo sistema normativo, quanto pelos mecanismos de seleção intra e extraescolares.

É inegável que, pelo menos desde 1934, o sistema normativo brasileiro inscreveu a educação como direito e que os avanços dessa inscrição foram notáveis tanto em relação à forma quanto em relação ao conteúdo. Também é inegável que o Brasil acompanhou a tendência mundial pela demanda por educação a partir da década de 1940 com processo significativo de expansão das oportunidades de escolarização (HOBBSAWN, 1995).

Apesar disso, no sistema normativo brasileiro, o direito à educação correspondeu à obrigatoriedade escolar como imposição ao indivíduo e não como responsabilidade estatal. Mesmo, quando se tornou responsabilidade estatal não havia uma concepção universalista que lhe servisse de base. Só a partir de 1988, ao direito à educação por parte do indivíduo, correspondeu à obrigatoriedade de oferecer educação por parte do Estado e só muito recentemente o Brasil atingiu índices de escolarização obrigatória alcançados por muitos países europeus desde o início da segunda metade do século XX.

Assim, após mais de um século de história constitucional, é que o país terá, no nível dos valores proclamados, o direito à educação inscrita a partir de uma lógica mais universalista, fazendo frente ao longo trajeto de iniquidades e privilégios na oferta da instrução elementar. De 1824 até 1988, as inscrições do direito à educação nos textos constitucionais eram assinaladas por uma concepção de que o mínimo era o bastante.

Dessa forma, se o direito pode ser definido como tipificação e definição de responsabilidade, bem como por relações sociais pautadas pela igualdade e pela reciprocidade, na educação brasileira só houve ruptura na racionalidade jurídica a partir de 1988.

Apesar de essa ruptura na racionalidade jurídica constituir grande avanço no campo do direito à educação, o desafio que está colocado é a ruptura na racionalidade política da sociedade em geral e dos trabalhadores em educação, uma vez que até mesmo nas instituições de ensino a educação não se configurou como direito entendido como medida que opera a passagem para a igualdade no plano das relações sociais.

Com efeito, ao lado do tardio surgimento de uma concepção mais universalista do direito à educação nos textos constitucionais, a dinâmica de expansão da escolarização obrigatória foi refreada, até a década de 1960, por mecanismos de seleção nas instituições escolares. Mantínhamos uma escola “de” e “para” as elites que tinham objetivos convergentes com os da escola: buscava-se prestígio, inserção no mercado de trabalho e ascensão social. Dessa forma, o acesso à educação era fator de diferenciação social, pois mediante rigorosos mecanismos de seleção e ensino propedêutico voltado para o acesso a níveis superiores de educação ou para postos mais elevados no mercado de trabalho eram “eleitos” aqueles que seriam incluídos nos demais direitos de cidadania (ARAÚJO, 2011, p. 290).

O crescimento da população urbana e a industrialização do país a partir da década de 1940 contribuíram para o aumento das pressões sociais por expansão das oportunidades de escolarização. Essas demandas por ampliação das oportunidades de escolarização, ainda que atendidas de forma precária nos marcos do populismo, interferiram na ação estatal no sentido da efetivação do princípio da igualdade de oportunidade para o acesso nas décadas seguintes.

Contudo, foi entre as décadas de 1970 e 1990 que houve um aumento expressivo no número de matrículas na etapa obrigatória de escolarização. Mas outras formas de exclusão assumiram a posição central no processo de escolarização nas décadas de 1970 e 1980: os próprios procedimentos internos da escola, sua estrutura e funcionamento, que conduziam à elitização do ensino, não mais por falta de vagas ou mecanismos de seleção, mas mediante a produção do fracasso escolar (repetência, evasão) como fator de diferenciação entre os mercedores e os não mercedores do acesso ao saber historicamente construído.

Na década de 1990 assistimos a um processo de expansão das oportunidades de escolarização, em que esses mecanismos internos de exclusão por parte da escola foram amenizados (democraticamente ou não) por políticas de regularização do fluxo (ciclos, progressão continuada, aceleração da aprendizagem). Porém, novamente, “estratégias” de exclusão foram criadas pela dinâmica interna da escola: os alunos percorrem todas as séries ou todos os ciclos do ensino fundamental sem se apropriar de um instrumental mínimo necessário para a inserção social. Logo,

Esses mecanismos internos de exclusão forjados no interior das práticas educativas precisam ser superados para a ruptura da racionalidade política dos trabalhadores em educação, uma vez que a defesa da educação como direito não significa a sua consolidação no campo das representações sociais. Do lado da sociedade, a ruptura da racionalidade política, deve passar, necessariamente, pela aceitação, circulação social e defesa nos fóruns apropriados dos mecanismos jurídicos que assegurem não só vagas, mas também qualidade de ensino nas escolas públicas, além da superação da resistência aos direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente, tido, muitas vezes por professores e pais como um instrumento que elimina a autoridade paterna ou docente, ao proibir o trabalho infantil ou ao proteger o aluno das relações de poder estabelecidas na dinâmica interna das práticas escolares (ARAÚJO, 2011, p. 290).

Se por um lado, hoje a educação é proclamada como direito do cidadão e dever do Estado e estamos, segundo o discurso oficial, muito próximos da universalização do acesso no ensino fundamental, por outro lado, as representações sociais estão muito distantes das promessas de emancipação e de igualdade que estão na base do direito à educação.

A cisão dessa racionalidade política excludente é o grande desafio histórico para esse século no que diz respeito à educação obrigatória e, se temos a definição jurídica da questão da responsabilidade social com a educação, ainda há um longo percurso quanto às representações sociais sobre os valores do direito, da igualdade e da inclusão (ARAÚJO, 2011).

No que tange direitos sociais fundamentais, o direito à educação é integrante das normas constitucionais preconizando o acesso universal e gratuito à um ensino de qualidade.

Já na Constituição de 1824, o Brasil trazia em seu texto o acesso gratuito da instrução primária para todos os cidadãos, mas foi somente no século XX que este direito se fez presente como instituto jurídico. Contudo, foi na Constituição de 1988, após redemocratização do Brasil, que o direito à educação foi fortalecido como direito social fundamental. A partir da carta magna se assegura a universalização, educação básica gratuita e a garantia do pleno desenvolvimento da pessoa. Também trabalha mecanismos de controle da efetividade da educação em prol de um ensino de qualidade com objetivos básicos como a qualificação do trabalho e o exercício pleno da cidadania.

Capítulo II da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º:

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

A carta magna também responsabiliza o Estado e a família a promoção da educação em seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990, também traz o direito a educação, sendo que seu artigo 53 traz o seguinte texto:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - direito de ser respeitado por seus educadores;
 - III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
 - IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
 - V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- Parágrafo único.** É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

No ano de 1996, fora promulgada a Lei das Diretrizes e Bases da Educação instituindo a Política Educacional do Brasil, no intuito de proporcionar uma reflexão mais aprofundada acerca da educação brasileira. Sua redação traz como escopo fundamento, estrutura e normatização do sistema educacional brasileiro, ofertando de maneira igualitária e de direito o acesso a educação, seguindo a carta magna.

Para Saviani (1999, p.18):“é possível perceber como a lei aprovada configurou, uma solução intermediária, entre os extremos representados pelo projeto original e pelo substitutivo Lacerda”.

2.3 O ESTADO E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A trajetória de uma política de Estado para a Educação, expressa pelo Plano Nacional de Educação, é marcada por reivindicações da sociedade com a proposição de um plano que traduza os anseios da sociedade civil e política no reconhecimento da educação como uma política de estado para a construção de uma identidade nacional com intuito de promover a construção de um sistema nacional de educação, articulado em colaboração com os entes federados.

Uma história recente conta com precedentes importantes ao processo atual de discussões, debates para a construção de um novo Plano Nacional de Educação (SALERMO; KFOURI E LOPES, 2013). O grande desafio é conquistarmos uma política de Estado que materialize um Plano Nacional de Educação, como instrumento político de materialização de um projeto de educação de qualidade social, reafirmando a educação como direito público.

O Plano Nacional de Educação resultou de uma grande mobilização que reuniu em torno da mesma causa os movimentos sociais, os gestores públicos, os estudantes, os profissionais da Educação, os representantes dos poderes públicos e formadores de opinião para uma grande discussão sobre os destinos da Educação nacional. Os resultados dessa mobilização foram apresentados na forma de um projeto de lei que, depois de receber um grande número de emendas, aprovou o Plano Nacional de Educação para o próximo decênio, no qual estão definidas 10 diretrizes, 20 metas e mais de 170 estratégias que devem contribuir para o atingimento das referidas metas (LIMA, 2015, p. 19).

A sistematização do Sistema Nacional de Educação não pode se restringir ao esforço para o atingimento de metas e a definição de responsabilidades sobre financiamento e avaliação, deve ir além e realizar o verdadeiro debate sobre os fins da Educação. Temos que ir além do debate sobre os meios e chegar à discussão sobre os fins. Superar o debate sobre os métodos, o financiamento e a avaliação e avançar para discutir os fins da Educação.

Ir além da definição de metas e estratégias e ter em mente que a sustentação do Sistema Nacional de Educação vai se dar pela definição de sua finalidade, que não pode ser outra senão a garantia do direito à Educação de qualidade. Em outras palavras, a busca de um Sistema Nacional de Educação está diretamente ligada com a definição da qualidade da Educação.

Mesmo que ainda não tenha sido universalizada, a Educação escolar está consolidada nas sociedades modernas como um direito social. Por meio da escolarização, a Educação consolidou-se nas sociedades modernas como um direito social, uma forma de socializar as pessoas a partir de valores e padrões culturais e ético--morais da sociedade e meio de difusão dos conhecimentos científicos construídos pela humanidade. A Educação escolar reflete um direito e representa um componente necessário para o exercício da cidadania.

O conceito de qualidade da Educação é uma construção histórica que assume diferentes significados em tempos e espaços diversos e tem relação com os lugares de onde falam os sujeitos, os grupos sociais a que pertencem, os interesses e os valores envolvidos (LIMA, 2015).

Para o entendimento pleno dos direitos humanos em um regime democrático, calcado em justiça social e soberania popular, é fundamental que se trate da cidadania democrática e a educação como direito de todos, e como dever da família e do estado. Neste quesito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal 9.394/96 e a Constituição Federal Brasileira afirmam como princípios fundamentais da educação o preparo para cidadania e para o trabalho.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Para corroborar com a LDB é lançado em 2001, através da lei 10.172, o Plano Nacional de Educação – PNE com intuito de somar esforços e direcionar melhores investimentos para a educação do país e, assim, proporcionar melhoria da qualidade no ensino através do estabelecimento de diretrizes, metas e estratégias.

Em 2014, o Congresso Federal sancionou, através da Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, a atualização do PNE e estabelecendo 20 metas para os próximos 10 anos, conforme cartilha Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação de 2014.

Metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

As Metas 2, 3 e 4 trazem em seu texto a universalização da alfabetização e ampliação da escolaridade, bem como de assuntos globais.

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com de ciência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos

multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A meta 5 é bastante enfática no que diz respeito ao acesso à educação e do seu objetivo quanto a educação.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o (terceiro) ano do ensino fundamental.

Meta 6 já busca atender a demanda da educação em tempo integral, mesmo que em um mínimo de atendimento.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

Buscando uma melhoria contínua com educação de qualidade e definição de metas nos índices de desenvolvimento da educação básica, a meta 7 do PNE define seus objetivos para ensino dos anos iniciais, fundamental e médio, tal como segue:

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do uso escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

As metas de 8 a 14 trazem em seu texto a elevação das taxas de alfabetização, escolaridade, matrículas e qualidade da educação.

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

A meta 15 deixa claro o regime colaborativo entre União, Estados e Municípios no que diz respeito ao processo de implementação e controle de ações e metas.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

A meta 16 trata de Pós graduação, buscando elevar o nível de professores da educação básica.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Obviamente, todas estas ações para que possam se concretizar, necessitam de valorização dos profissionais da educação.

Meta 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso

salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

A última meta trata de investimentos públicos na educação pública.

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Dentre as 20 metas estabelecidas pelo PNE 2014-2024, três delas tem como um dos suportes para êxito do alcance da meta o desenvolvimento de tecnologias capazes de favorecer a melhoria do fluxo escolar, bem como o aprendizado dos alunos.

Na meta 2, onde busca-se garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, buscando auxílio também no desenvolvimento de tecnologias pedagógicas que consigam articular as atividades escolares com o ambiente comunitário.

Meta 5 onde o objetivo é alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental, tem como uma das prioridades a qualificação e valorização dos professores, também com o fomento ao desenvolvimento de tecnologias educacionais e inovadoras para as práticas pedagógicas.

E na meta 8, que é elevar a média para 12 anos estudados da população de 18 a 29 anos de idade, igualar a escolaridade média entre negros e não negros para 8 anos, entre outros, tem como uma de suas estratégias a institucionalização de programas e desenvolvimento de tecnologias.

O Plano Nacional da Educação é um instrumento de gestão que tem por definição ser uma política educacional que busca dar suporte, através da legislação

em vigor, e dar condições dos recursos produtivos, humano, tecnológico, materiais e financeiro, afim de bem atender a população.

Por ser um direito fundamental que proporciona a aquisição de outros direitos, a Educação deve ser medida não somente pela eficácia e eficiência necessárias, mas, sobretudo, pela sua relevância, pertinência e equidade. A relevância reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal. A pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.

A Educação comprometida com a igualdade de acesso ao conhecimento a todos e especialmente empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade, é uma Educação com qualidade social e contribui para dirimir as desigualdades historicamente produzidas, assegurando, assim, o ingresso, a permanência e o sucesso de todos na escola.

O Plano Nacional de Educação, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional, foi construído com ampla participação da sociedade e sancionado sem nenhum veto. O combate que a sociedade brasileira deverá travar é implementá-lo de forma igualmente participativa e que todas as suas metas sejam atingidas dentro do tempo previsto. Para Ronca:

A desigualdade que ainda perdura em nosso país é fruto de muitos fatores. Para sua redução, será necessária a intervenção de políticas públicas especialmente elaboradas com tal finalidade. Estes são os grandes desafios que temos pela frente na área da Educação: implementar o PNE via mobilização e participação de todas as forças da sociedade, melhorar a qualidade da Educação e contribuir decisivamente para a redução da iniquidade ainda tão presente em nossa sociedade (2015, p. 107).

Por tudo isso, neste momento de instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE), cabe problematizar o desenho organizacional da instituição escolar que não tem conseguido responder às singularidades dos sujeitos que a compõem. Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social que garanta o acesso e considere a diversidade

humana, social, cultural e econômica dos grupos historicamente excluídos (LIMA 2015).

2.4 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

Não há dúvidas que a importância do acesso a informação nos dias de hoje são de extrema importância em todos os sentidos, seja para construção do conhecimento, seja para análise de cenários para melhor tomada de decisões, ou mesmo para entender melhor o que nos cerca. Não há como discordar que, em função das mudanças do mundo contemporâneo, os meios de comunicação e a informação tornam-se bens preciosos. São vários os obstáculos a serem vencidos pela sociedade, principalmente no que tange a desigualdade social. As transformações sociais perpassam na capacidade da sociedade apropriar-se de conhecimento, orientados pela ética, o entendimento das interações socioculturais, além de aspectos políticos e econômicos, para que assim, possa vir combater as desigualdades já tão amarguradas. Para Wertheim:

Difícilmente alguém discordaria de que a sociedade da informação é o principal traço característico do debate público sobre desenvolvimento, seja em nível local ou global, neste alvorecer do século XXI. Das propostas políticas oriundas dos países industrializados e das discussões acadêmicas, a expressão “sociedade de informação” transformou-se rapidamente em jargão nos meios de comunicação, alcançando, de forma conceitualmente imprecisa, o universo vocabular do cidadão. Uno-me a todos os que têm procurado desfazer a teia de imprecisões verbais em relação às mudanças do mundo contemporâneo e, desta forma, contribuído para destruir mitos que impedem uma consciente participação nesse processo de mudança. Uma reflexão crítica que permita compreender as presentes transformações sociais e avaliar suas implicações com base em critérios definidos deverá permitir a integração de critérios sócio-culturais e éticos aos econômicos e políticos usualmente associados à prescrição da “sociedade da informação” e, desta forma, colocar à disposição do cidadão caminhos para uma participação ativa na construção de seu futuro (2000, p. 71).

A humanidade alcançou uma fase evolutiva na qual os aspectos cognitivos e relacionais da convivialidade humana se metamorfoseiam com rapidez nunca antes experimentada. Isso se deve em parte à função mediadora, quase onipresente, dessas novas tecnologias. Junto às oportunidades enormes de incremento da sociabilidade humana, surgem também novos riscos de discriminação e desumanização.

No tocante à aprendizagem e ao conhecimento, chegamos a uma transformação sem precedentes das ecologias cognitivas, tanto das internas da escola, como das que lhe são externas, mas que interferem profundamente nela. As novas tecnologias não substituirão o/a professor/a, nem diminuirão o esforço disciplinado do estudo. Elas, porém, ajudam a intensificar o pensamento complexo, interativo e transversal, criando novas chances para a sensibilidade solidária no interior das próprias formas do conhecimento.

A expressão “sociedade da informação” deve ser entendida como abreviação (discutível!) de um aspecto da sociedade: o da presença cada vez mais acentuada das novas tecnologias da informação e da comunicação. Serve para chamar a atenção a este aspecto importante. Não serve para caracterizar a sociedade em seus aspectos relacionais mais fundamentais. Do conceito de sociedade da informação, passou-se, por vezes sem as convenientes cautelas teóricas, ao de Knowledge Society (Sociedade do Conhecimento) e Learning Society (Sociedade Aprendiz). Em francês alguns falam em Société Cognitive. Parece haver alguma conveniência para admitir, em português, a expressão sociedade aprendiz (ASSMANN, 2000, p. 71).

Por sua vez, o conceito de informação admite muitos significados. O passo da informação ao conhecimento é um processo relacional humano, e não mera operação tecnológica. Em primeiro lugar, é fundamental estabelecer uma distinção clara entre dados, informação e conhecimento.

Do nosso ponto de vista, a produção de dados não estruturados não conduz automaticamente à criação de informação, da mesma forma que nem toda a informação é sinônimo de conhecimento. Toda a informação pode ser classificada, analisada, estudada e processada de qualquer outra forma a fim de gerar saber. Nesta acepção, tanto os dados como a informação são comparáveis às matérias-primas que a indústria transforma em bens.

No acesso à sociedade da informação as Políticas Públicas podem fazer a diferença. Para que sejam aproveitadas todas as vantagens econômicas e sociais do progresso tecnológico e melhorada a qualidade de vida dos cidadãos, a sociedade da informação deve assentar nos princípios da igualdade de oportunidades, participação e integração de todos, o que só será possível se todos

tiverem acesso a uma quota parte mínima dos novos serviços e aplicações oferecidos pela sociedade da informação.

As tecnologias da informação e da comunicação já não são meros instrumentos no sentido técnico tradicional, mas feixes de propriedades ativas. São algo tecnologicamente novo e diferente. As tecnologias tradicionais serviam como instrumentos para aumentar o alcance dos sentidos (braço, visão, movimento etc.).

As tecnologias ampliam o potencial cognitivo do ser humano (seu cérebro/mente) e possibilitam mixagens cognitivas complexas e cooperativas. Uma quantidade imensa de insumos informativos está à disposição nas redes (entre as quais ainda sobressai a Internet). Um grande número de agentes cognitivos humanos pode interligar-se em um mesmo processo de construção de conhecimentos. E os próprios sistemas interagentes artificiais se transformaram em máquinas cooperativas, com as quais podemos estabelecer parcerias na pesquisa e no aviamento de experiências de aprendizagem.

Isto significa que as tecnologias da informação e da comunicação se transformaram em elemento constituinte (e até instituinte) das nossas formas de ver e organizar o mundo. Aliás, as técnicas criadas pelos homens sempre passaram a ser parte das suas visões de mundo. Isto não é novo. O que há de novo e inédito com as tecnologias da informação e da comunicação é a parceria cognitiva que elas estão começando a exercer na relação que o aprendente estabelece com elas. Termos como “usuário” já não expressam bem essa relação cooperativa entre ser humano e as máquinas inteligentes. O papel delas já não se limita à simples configuração e formatação, ou, se quiserem, ao enquadramento de conjuntos complexos de informação. Elas participam ativamente do passo da informação para o conhecimento (ASSMANN, 2000).

No que tange acesso a informação como um insumo valioso nas transformações que nos cercam, é possível afirmar que as tecnologias da informação potencializam com rapidez e eficácia as transformações das organizações.

Neste quesito, estando na era do compartilhamento das informações e com avanços tecnológicos tão rápidos que tornam obsoleto hoje a informação de ontem, em que as melhores tomadas de decisões baseiam-se na melhor análise das informações e quanto mais rápido, melhor, começa a se definir a sociedade da informação.

Assmann (2000, p. 8-9) define a sociedade da informação da seguinte forma:

A sociedade da informação é a sociedade que está atualmente a constituir-se, na qual são amplamente utilizadas tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação de baixo custo. Esta generalização da utilização da informação e dos dados é acompanhada por inovações organizacionais, comerciais, sociais e jurídicas que alterarão profundamente o modo de vida tanto no mundo do trabalho como na sociedade em geral.

Esta sociedade da informação e as grandes evoluções das tecnologias estão propiciando ambientes de geração de conhecimento e potencializando os avanços da própria tecnologia, onde os instrumentos tradicionais expandiam o alcance dos sentidos. As tecnologias novas expandem áreas que auxiliam em tarefas mais complexas como a cooperação em atividades cognitivas e principalmente, uma gama de informações a disposição na grande rede.

Compreender a tecnologia como um potencial na educação de forma que cumpram seu papel de mediação crítica nos ambientes e situações dos espaços educativos, torna-se uma revolução na gestão conhecimento. É transcender as paredes das escolas para um mundo rico em informação e cheio de demandas. Por tudo isso, compreende-se que:

A educação é um dos pilares da construção da sociedade da informação. Educar, para além da capacitação do uso das tecnologias de informação e comunicação, proporcionaria aos indivíduos exercitar as novas formas de pensar, agir e conhecer para participar da produção de bens e serviços, das tomadas de decisão e de saber operar eficientemente o conhecimento nas atividades laborais, ferramentas, equipamentos e tecnologias constantemente atualizadas (SILVA; CORREIA E LIMA, 2010, p. 20).

Nessa perspectiva, a educação assume um papel relevante na sociedade em que se prioriza o domínio de certas habilidades. Os indivíduos desprovidos de competências para processar a informação e ressignificá-la, para transformar em

informação e conhecimento valorizado por essa sociedade, poderão ser excluídos. Pensamos que a educação precisa estar atenta aos novos espaços de aprendizagem e produção do conhecimento possibilitado pelas tecnologias de informação e comunicação.

Postulamos que a educação é o elemento-chave para a construção de uma sociedade da informação e condição essencial para que pessoas e organizações estejam aptas a lidar com o novo, a criar e, assim, garantir seu espaço de liberdade e autonomia. Entendemos que:

a educação deve permanecer ao longo da vida para que o indivíduo tenha condições de acompanhar as mudanças tecnológicas. O que pode ser disponibilizado por meio das tecnologias de informação e comunicação torna-se pedagógico pela ação do indivíduo-aprendente. Portanto, é preciso pensar uma educação que privilegie essas tecnologias assim como os ginásios de esporte, os laboratórios de ciências e outros espaços familiares ao professor (SILVA; CORREIA E LIMA, 2010, p. 20-21).

Enfatizamos que cabe ao educador, reconhecer os espaços virtuais necessários a seus recursos didáticos, principalmente se o relacionarmos com as bibliotecas digitais, que se torna ferramenta para pesquisa de conteúdos e disseminação de informações capazes de enriquecer a educação a caminho da sociedade da informação. Logo,

O Brasil apresenta um círculo virtuoso de avanços no uso intensivo das tecnologias informacionais nas escolas e no ensino superior pela criação de: novos espaços de acesso público, políticas educacionais e desenvolvimento tecnológico. Contudo, há uma ênfase maior na tecnologia do que na inclusão social, deixando a sociedade condicionada ao acesso tecnológico sem haver uma reestruturação curricular do ensino, que deveria passar pela inserção dos educadores na reestruturação de um novo modelo de ensino e aprendizagem (SILVA; CORREIA E LIMA, 2010, p. 21).

Assistimos o aparecimento de muitos telecentros e a ampliação do acesso às mídias eletrônicas, criados como uma forma de fornecer um amplo acesso a informação para a sociedade, quando as políticas educacionais têm sido realizadas de forma fragmentada.

Diante de tantos questionamento e avanços, questionamos quanto às dicotomias da sociedade da informação: por que é desejável promover a sociedade

da informação? As respostas passam por várias vertentes, que deve atravessar uma visão mais social, dando vazão a sociedade colaborativa.

2.5 INSERÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NA EDUCAÇÃO

2.5.1 Tecnologia de Informação e Comunicação

As novas tecnologias e a informática estão presentes em nosso dia a dia. Estamos permeados por ela na grande maioria dos processos impactando diretamente no modus operandes das comunidades. Segundo Barra (2007):

O entendimento da tecnologia passa por sua inserção na sociedade capitalista, do mesmo modo como se processa a chamada revolução informacional. As mudanças na produção, circulação e consumo da informação são um dos elementos que sustentam o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's). A informática é o carro-chefe dessas transformações, pois a vedete dessa revolução é o computador. (BARRA, 2007, p.24).

A acelerada evolução científica e tecnológica da informática e das transformações do ambiente, além dos efeitos da globalização, traz à tona a importância de ser retomado o conceito original de educar, em que o aluno ocupa a posição central e relevante do ato pedagógico. O avanço tecnológico, pode tornar ultrapassado no dia de amanhã o conhecimento que hoje é atual.

Em um mundo em que a tecnologia está convertendo um mercado de massas em milhões de nichos e em que a variedade de escolhas nunca foi tão grande, é necessário que as escolas ampliem seus conhecimentos básicos. A partir desse quadro, as novas tecnologias como forma de meios auxiliares de ensino podem proporcionar uma educação por excelência, com troca de informações instantâneas e a construção do conhecimento online e compartilhado e, principalmente, agindo como ferramenta de inclusão e letramento digital.

Silva et al (2005, p.32) argumentam que:

[...] se a inclusão digital é uma necessidade inerente desse século, então isso significa que o cidadão do século XXI, entre outras coisas, deve considerar esse novo fator de cidadania, que é a inclusão digital. E que constitui uma questão ética oferecer essa oportunidade a todos, ou seja, o indivíduo tem o direito à inclusão digital, e o incluído tem o dever de reconhecer que esse direito deve ser estendido a todos. Dessa forma, inclusão digital é um processo que deve levar o indivíduo à aprendizagem no uso das TICs e ao acesso à informação disponível nas redes, especialmente aquela que fará diferença para a sua vida e para a comunidade na qual está inserido.

Nesse mesmo sentido, sobre o uso das TIC para a inclusão social, Miranda argumenta que:

[...] a exclusão digital está relacionada às condições de vida do indivíduo, no geral. São as iniciativas de inclusão digital, que atualmente permitem que haja exceções, isto é, de que parcelas marginalizadas da população tenham acesso à tecnologia. A exclusão digital pode ser considerada uma faceta da exclusão social, numa sociedade da informação. E se esta possui diversas combinações, as políticas públicas de inclusão digital também devem ser pertinentes à realidade dos excluídos digitais e, como vimos, numa situação ideal, permitir a eles ultrapassarem as amarras destas realidades. (2005, p.32)

E também na afirmação de Neri (et al) de que:

As ações da inclusão digital buscam difundir o sucesso obtido na tecnologia de ponta pelos mais desfavorecidos. O analfabetismo digital, ao afetar a capacidade de aprendizado, a conectividade e a disseminação de informações, gera consequências virtualmente em todos os campos da vida do indivíduo. O acesso à tecnologia digital pode se dar em várias instâncias: nos lares, no trabalho, nos negócios, nas escolas, nos serviços públicos, em geral, e etc. A inclusão digital é cada vez mais parceira da cidadania e da inclusão social, ela está presente do apertar do voto das urnas eletrônicas ao uso dos cartões do Bolsa-Família.(inclusão e redistribuição privada). (NERI et al, 2005, p.13).

2.5.2 A inserção das Tecnologias da Informação e comunicação (TIC) na educação

Surge a ideia da inserção da Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação. One Laptop per Child (OLPC) (um laptop por criança) é um projeto mantido pela Associação One Laptop per Child (OLPCA), instalada em Miami e a Fundação OLPC (OLPCF) com sede em Cambridge, duas organização sem fins lucrativos dos Estados Unidos criadas para supervisionar a criação de dispositivos

educacionais acessíveis. O projeto foi originalmente financiado por organizações tais como AMD, Chimei, eBay, Google, Marvell, News Corporation, Nortel, RedHat e Quanta.

A fundação, liderada por Nicholas Negroponte, idealizador do projeto, atualmente supervisiona o desenvolvimento das futuras versões de software e hardware, incluindo o tablet OLPC XO-3.

Oficialmente a OLPC iniciou suas atividades em janeiro de 2005 por ocasião da apresentação de sua proposta em Davos na Suíça, no Fórum Econômico Mundial por Nicholas Negroponte, Presidente da OLPC.

Iniciativa anunciada pelo presidente de OLPC, é uma tecnologia que busca revolucionar a educação, disponibilizando computadores a um custo de U\$100,00, tendo como alvo os países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, que já demonstraram interesse no projeto.

O OLPC tem como objetivo proporcionar a cada criança com um laptop, conectado, de baixo custo e baixo consumo de energia. Para este fim, foi projetado um hardware com conteúdo e software para a aprendizagem colaborativa, lúdico e interativo. Com o acesso a este tipo de ferramenta, as crianças estão envolvidas em sua própria educação, aprendendo, compartilhando e criando conhecimento juntos.

2.5.3 A inserção das TIC's na educação no Brasil

O Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE) foi instituído em outubro de 1989 pelo MEC e teve seu Regimento Interno aprovado em março de 1990. Sendo este o primeiro programa de informática voltado para a educação no Brasil. Em setembro do mesmo ano, o PRONINFE foi integrado ao PLANIN (Plano Nacional de Informática e Automação, do Ministério de Ciência e Tecnologia).

O PRONINFE possuía um modelo funcional e geograficamente descentralizado, funcionando através de centros de informática na educação espalhados por todo o país. Esses centros contavam com apoio mútuo, divulgando e analisando projetos educacionais, seus objetivos e resultados. Outro ponto forte do

PRONINFE era a formação de professores dos três graus (hoje fundamental, médio e superior), bem como na área de educação especial e em nível de pós-graduação. Também visava a pesquisa sobre a utilização da informática na educação, aproveitando a interatividade e a interconectividade que o computador possibilitava.

O ProInfo, inicialmente denominado de Programa Nacional de Informática na Educação, foi criado pelo Ministério da Educação, através da portaria nº 522 em 09/04/1997, com a finalidade de promover o uso da Telemática como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio. As ações do Programa são desenvolvidas pela Secretaria de Educação a Distância - SEED, deste Ministério, por meio do Departamento de Infraestrutura Tecnológica - DITEC, em articulação com as Secretarias de Educação do Distrito Federal, dos Estados e de alguns Municípios.

2.6 O PROINFO

Criado no ano de 1997 pela Portaria nº 552 (09/04/1997), o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), foi cunhado com a finalidade de difundir e promover o uso das tecnologias de informática e telecomunicação como ferramenta pedagógica nas escolas públicas de ensino fundamental e médio do Brasil.

No Brasil, a democratização do acesso às tecnologias digitais, ganha destaque nos últimos 20 anos, por meio de programas sociais de governo. Esses programas levam as tecnologias para perto da população menos favorecida deixando de ser um privilégio de poucos (COSTA, 2015).

Dessa forma, o ProInfo é uma política pública de governo criada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) com finalidade de inclusão da tecnologia digital, alfabetização e letramento digital, bem como a integração e coordenação de serviços de computação, comunicação e informação.

O acesso aos diversos recursos educacionais digitais favorece a inclusão social, educacional e profissional. A inclusão tecnológica na escola oferece condições para a ampliação do conhecimento. Para tanto, faz-se necessária a preparação das crianças para uma cultura informatizada e sobre esse aspecto, Levy (1998) afirma que as crianças, no século XXI, aprenderiam a ler e escrever através de computadores e máquinas editoras de texto, e utilizariam esses dispositivos para gerir recursos audiovisuais e produzir sons e imagens.

Demo (2009) enfatiza que através do computador as crianças aprendem muito mais do que ler e escrever, pois há materiais diversificados para ver, escutar, manipular e mexer. Assim, o professor precisa reinventar novas possibilidades em sala de aula, para que o aluno imagine, crie, se desenvolva e evolua no seu tempo dando mais significado a sua aprendizagem.

Nesse sentido, percebe-se a importância de programas sociais como o ProInfo que promova a democratização do acesso as tecnologias na rede pública escolar. Através do ProInfo é possível uma escola equipada com as tecnologias adequadas para atender as crianças desde a sua entrada na educação básica, mas no entanto, sabe-se que somente esse aparato tecnológico não dará conta de garantir a qualidade na educação (COSTA, 2015).

Dessa forma, é necessário que todos os envolvidos na educação: professores/educadores, supervisores e coordenadores, estejam comprometidos e capacitados para lidar com as tecnologias. E as tecnologias precisam estar dispostas num ambiente favorável, com uma infraestrutura adequada, precisam estar atualizadas em condições favoráveis de uso e pessoal qualificado.

Com o processo de inclusão das tecnologias na escola, aprende-se a lidar com a diversidade, a facilidade e a rapidez de acesso às informações, bem como com novas possibilidades de comunicação e interação, o que proporciona novas formas de ensinar, aprender, e construir conhecimentos significativos. Diante do exposto, justifica-se e busca-se responder o seguinte problema: as ações do ProInfo contribuem para a utilização das TIC como recursos pedagógicos nas escolas?

Fundamentado nas prerrogativas previstas na LDB (Lei no 9.394/96), especialmente no que se refere aos Art. 32 e 53, tal como segue:

Art. 32, Inciso II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

Art. 35, Inciso IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Em 12 de Dezembro de 2007, o Decreto nº 6.300, que dispõem sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo, traz uma nova leitura e tem como finalidade a promoção do uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica, executado sob custódia do Ministério da Educação, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mediante adesão. Os objetivos do ProInfo dispostos pelo Parágrafo Único do decreto supracitado. São eles:

I - promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais;

II - fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação;

III - promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa;

IV - contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas;

V - contribuir para a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação; e

VI - fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais.

O Plano é calcado em um sistema estratégico que tem como premissa garantir a utilização de recursos tecnológicos e com a capacitação dos professores e o desenvolvimento de conteúdo, promover oportunidades de igualdade no acesso às tecnologias, de aprendizagem sob a plataforma das novas ferramentas e

democratização do conhecimento às crianças e jovens, sob uma proposta educacional compatível com as novas exigências de mercado.

O funcionamento do ProInfo se dá de forma descentralizada, existindo em cada unidade da Federação uma Coordenação Estadual, e os Núcleos de Tecnologia Educacional - NTE, dotados de infraestrutura de informática e comunicação que reúnem educadores e especialistas em tecnologia de hardware e software.

A partir de 12 de dezembro de 2007, mediante a criação do decreto nº 6.300 o ProInfo passou a ser Programa Nacional de Tecnologia Educacional, tendo como principal objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica.

No âmbito estadual, o ProInfo é coordenado pelo Gestor do Setor de Educação a Distância, contando com cinco NTE já em funcionamento e treze em fase de implantação, localizados em cada Município das Diretorias Regionais da Educação, da Cultura e dos Desportos - DIREC. O NTE é o parceiro mais próximo da escola no processo de inclusão digital, orientando os gestores, professores e alunos, quanto ao uso pedagógico das tecnologias em sala de aula, bem como na manutenção desses aparelhos.

Funções Básicas dos NTE:

- Capacitar professores e técnicos de suporte;
- Prestar suporte pedagógico e técnico às escolas;
- Pesquisar, desenvolver e disseminar experiências educacionais;
- Interagir com as Coordenações Regionais e Nacional do ProInfo.

O objetivo do ProInfo, descrito no seu desenvolvimento, busca lançar-se contra um cenário de desigualdade na formação dos alunos das escolas públicas, se comparadas com o acesso a tecnologia e estrutura física, bem como a metodologia utilizada nas escolas particulares. Com a descentralização de recursos para aquisição de meios auxiliares de ensino, no que tange tecnologia, busca o fortalecimento da educação, principalmente no que se refere a uma sociedade

informatizada e acesso a informação, incentivado por novas metodologias, construção de conhecimento e assim, reduzindo a exclusão digital.

O ProInfo, implementado pelo Ministério da Educação e do Desporto, visava distribuir equipamentos de informática para todas as escolas que possuíssem mais de 150 alunos contemplando as turmas do 5º ao 8º ano, buscando assim desenvolvimento de novas práticas pedagógicas, promovendo o letramento digital mudando o processo de ensino e de aprendizagem.

O programa contempla ações de formação que contribuam para dinamizar os processos de ensino e de aprendizagem, desenvolver potencialidades, habilidades e conhecimentos específicos e tem com ferramentas para dar suporte os seguintes ferramentas de apoio:

Figura 1 - **Projeto ProInfo**



Fonte: Pesquisa Google Imagens: Ferramentas ProInfo

O Projetor ProInfo ou Computador Interativo (Figura 1) desenvolvido para facilitar a interatividade. O dispositivo portátil, pesando algo em torno de 4 quilogramas, é equipado com teclado, mouse, portas USB, porta para rede *wireless*, unidade leitora de DVD e um projetor multimídia. O dispositivo permite apresentar conteúdos digitais armazenados no servidor da escola, além de um sistema operacional com código-fonte aberto. Ele pode ainda operar como uma lousa digital, transformando a superfície de projeção em um quadro interativo.

Figura 2 - e-ProInfo - Ambiente Virtual de Aprendizagem



Fonte: Pesquisa Google Imagens:
Ferramentas ProInfo

Figura 3 - Ambiente Virtual de Aprendizagem



Fonte: Pesquisa Google Imagens:
Ferramentas ProInfo

O Ambiente Colaborativo de Aprendizagem (e-Proinfo) (figuras 2 e 3) é um ambiente virtual colaborativo de aprendizagem que permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações como cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio a distância e ao processo ensino-aprendizagem (Portal do MEC).

Figura 4 - Laboratório de Informática



Fonte: Pesquisa Google Imagens: Ferramentas ProInfo

Os laboratórios de informática ProInfo (figura 4) são compostos com computadores com acesso a internet e softwares livres, roteadores e estabilizadores, além de impressoras. Os equipamentos são comprados e distribuídos pelo MEC e os governos locais, prefeituras e governos estaduais, providenciam a estrutura necessária para instalação dos equipamentos (Portal do MEC).

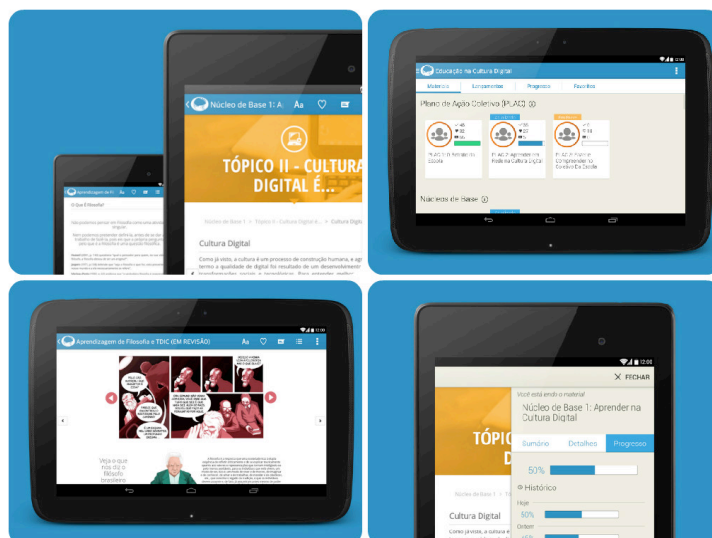
Figura 5 - Lousa interativa



Fonte: Pesquisa Google Imagens: Ferramentas ProInfo

As lousas interativas (Figura 5) fornecidas pelo ProInfo permitem interatividade, dinamismo e integração. Os conteúdos produzidos pelo MEC permitem ao educador e educando trabalhar com criatividade os conteúdos em sala de aula (Portal ProInfo).

Figura 6 - **Aplicativos e programas voltados para aprendizagem**



Fonte: Pesquisa Google Imagens: Ferramentas ProInfo

A Figura 6 traz ilustrado os aplicativos e programas produzidos para o programa permitem a acesso a materiais mais dinâmicos potencializando a interatividade com o conteúdo trabalhado.

Figura 7 - **Laptops**



Fonte: Pesquisa Google Imagens: Ferramentas ProInfo

Parte do projeto um computador por aluno, melhora e potencializa o contato do aluno com a tecnologia. Aqui no Brasil foi realizada parceria com uma marca de computadores que produziram equipamentos voltados para o programa. Um Laptop pequeno (Figura 7), de fácil transporte e que possui tudo que o aluno precisa

Figura 8 - “Tablet’s”



Fonte: Pesquisa Google Imagens: Ferramentas ProInfo

Os tablets distribuídos pelo programa são modelos de 7 ou 10 polegadas, bateria com duração de até 6 horas de uso, tela multitoque, câmera e microfone para trabalho multimídia, saída de vídeo, conteúdos pré-instalados e com peso reduzido. Com este dispositivo a interação com o conteúdo transforma o aprendizado em uma prática muito mais elaborada e de fácil compreensão, além de propiciar a construção do conhecimento em conjunto.

Figura 9 – Acesso a internet via “wifi”



Fonte: Pesquisa Google Imagens: Ferramentas ProInfo

A proposta visa propiciar ambientes colaborativos no que diz respeito a geração de conhecimento. Todos estes meios auxiliares de ensino vêm corroborar para um ambiente de geração do conhecimento, onde professores e alunos assumem papel principal na educação, possibilitando ambientes colaborativos.

Obviamente só serão possíveis com interesse real dos governos e participação da população para fortalecer as políticas públicas para educação, que permitam acesso a informação, fortalecendo assim a democracia.

O ProInfo percorre muitos caminhos em longas distâncias pelo Brasil. Todos os Estados foram beneficiados com recursos do programa. Através do Programa que foi implantado por meio dessa Política Pública, pode ser revelado grandes avanços no que se trata de democratização do acesso as TIC com a implementação de laboratórios tecnológicos nas escolas públicas (COSTA, 2015).

Nesse sentido, concorda-se com Castells (2009), quando salienta que a revolução tecnológica adentrou a sociedade no século XX causando transformações visíveis no dia a dia da população e sem dúvida essa é uma nova era e o começo de uma nova existência e, a era da informação, conhecimento e desenvolvimento social. Para muitos autores essa iniciativa foi válida, embora apresente algumas deficiências, precisando ser melhorada, mas acreditam que é o primeiro passo para a democratização das TIC na escola.

No que tange a avaliação sobre o Programa no Rio Grande do Sul, alguns dados podem ser evidenciados. A análise sobre a democratização e expansão das tecnologias acontece através do ProInfo com a distribuição de computadores nas escolas públicas na cidade de Erechim no Estado do Rio Grande do Sul/RS.

Os dados foram obtidos por meio da análise do artigo “A formação de professores nas políticas públicas de inclusão digital: o programa UCA-Erechim (RS)”. Para Richit e Maltempi (2013) foram distribuídos em 2011, aproximadamente 500 notebooks para professores da rede pública municipal de ensino, recursos esses adquiridos pela Secretaria Municipal de Educação, através do Programa UCA Erechim. Posteriormente, até maio de 2012, foi distribuído um computador portátil para cada estudante das escolas contempladas.

Mencionamos que a inclusão digital do professor, é a primeira ação para que haja mudanças na prática do professor, nos processos de aprendizagem e produção de conhecimento, na cultura escolar e, principalmente, na própria formação do

professor, sejam concretizadas. O uso das tecnologias é um desafio constante na prática diária dos professores, a pesquisa aponta que muitos profissionais têm medo, se sentem inseguros para usarem o computador no trabalho (COSTA, 2015).

Nesse sentido, insistimos que entendem que a concretização da inclusão digital requer ações além da democratização das tecnologias e do acesso a elas. Este fato pressupõe mudanças de dimensão pedagógica, epistemológica e cultural no que diz respeito à formação de professores e às práticas promovidas em sala de aula. Para que as mudanças ocorram deve perpassar aos projetos escolares, o currículo e as práticas educativas.

Os pesquisadores indicam também que a implantação do Programa Um computador por aluno (UCA) em Erechim é essencial para a promoção da inclusão digital, uma vez que é preciso promover a formação dos professores para que mudanças nas práticas de sala de aula sejam viabilizadas.

Espera-se que os docentes possam acessar e tornar acessível aos estudantes as possibilidades pedagógicas dos ambientes informatizados de aprendizagem. Este fato favorece a interação dos mesmos com as tecnologias disponíveis, oportunizando uma abertura articulada aos diferentes ambientes, onde percebe-se grandes mudanças na aprendizagem, na interação dos alunos dentro e fora da escola e na sua articulação com outras instituições (COSTA, 2015).

Quanto a formação de professores para o uso das TIC, evidencia-se ainda, um vasto desafio para a maioria dos professores da rede pública. A formação pedagógica docente em tecnologias é essencial para o uso das ferramentas na educação. Estar qualificado para o uso tecnológico pressupõe a visão de uma nova pedagogia, que “possibilite e integre o local com o global; que contemple as diferentes opções multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares, mesmo que em diferentes graus de integração” (PABLOS, 2006, p. 73).

A partir do Proinfo indicamos que há possibilidades de uso das TIC na escola, mas os alunos ainda utilizam pouco as ferramentas em seu dia a dia escolar e quando as utilizam é apenas para diversão. Os alunos são mais ousados, curiosos e

buscam conhecer, investigar e manipular as TIC sem medo de errar, dessa forma eles sentem-se inseridos no mundo digital, assim concorda-se com Levy (1998) ao afirmar que as crianças, no século XXI, aprenderiam a ler e escrever através de computadores e máquinas editoras de texto, e utilizariam esses dispositivos para gerir recursos audiovisuais e produzir sons e imagens, sem dificuldades.

3 ANÁLISES E DISCUSSÕES DO PROINFO

A intenção deste capítulo é abordar através da pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicadas entre os anos de 2010 e 2015, que constitui o foco desta pesquisa ao qual foi descrita no percurso metodológico do presente trabalho. Obteve-se como resultado, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo dentro do período compreendido entre 2010 e 2015, 32 teses e dissertações conforme apresentado no Quadro 1 deste capítulo, sendo um destes trabalhos aparecendo dobrado, restando 31 trabalhos válidos, tal como segue:

Nr	Título	Autor	INSTITUIÇÃO	Tipo de produção	Ano public
1	A inserção e uso das TIC nas escolas públicas do estado do Rio de Janeiro: estudo de caso com os concluintes do curso de pós-graduação lato sensu “tecnologias em educação EAD/PUC-Rio”	Jéssica Zacarias de Andrade	PUC/RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro	Dissertação	2013
2	O laboratório ProInfo: uso e apropriação das tecnologias educacionais por parte dos professores	Maria Joseneide Apolinário	UNINOVE - Universidade Nove de Julho	Dissertação	2015
3	O uso pedagógico das TIC como expansão das capacidades: o ProInfo Natal/RN	Maria Aparecida Ramos da Silva	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Dissertação	2010
4	Inovar é preciso: concepções de inovação em educação dos programas ProInfo, enlaces e educar	Claudia Maria Francisca Teixeira	UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina	Dissertação	2010

5	Proinfo e o ensino de matemática em Pimenta Bueno-RO: implicações e desafios	Raimundo Nonato Filho	PUC/RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Dissertação	2011
6	Proinfo em Nova Iguaçu: tecnologia educacional e formação cultural ou informática educativa e semiformação?	Naíra Fonseca Fois	UERJ - Universidade do Estado do Rio De Janeiro	Dissertação	2014
7	Um olhar sobre a implantação do Proinfo em escolas municipais de Minas Gerais	Vânia De Fátima Flores	UFLA - Universidade Federal de Lavras	Dissertação	2014
8	Política pública e educação digital no ensino fundamental em Natal/RN: análise de eficácia da atuação dos objetivos do Proinfo municipal	Iris Laura Batista Martins	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Dissertação	2010
9	Avaliação do programa nacional de tecnologia educacional - Proinfo na perspectiva da formação docente em Fortaleza	Wilma Rodrigues Freire	UFC - Universidade Federal do Ceará	Dissertação	2013
10	Competências em informação para inclusão digital: os professores da educação básica na sociedade em rede João Pessoa 2014	Carlos Eugênio da Silva Neto	UFPB - Universidade Federal da Paraíba	Dissertação	2014
11	Enunciar democracia e realizar o mercado: políticas de tecnologia na educação até o Proinfo Integrado (1973-2007)	Márcia Correa E Castro	PUC/RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro	Dissertação	2011
12	Formação continuada de professores: análise sobre uso das tecnologias da informação e comunicação - TIC na organização do trabalho pedagógico	Maria Elze dos Santos Plácido	UFS - Universidade Federal do Sergipe	Dissertação	2011

13	Tecnologias de informação e comunicação na educação e inclusão sócio-digital; uma avaliação do programa de informática na educação - Proinfo em Fortaleza	Hérica Queiroz Oliveira	UFC - Universidade Federal do Ceará	Dissertação	2012
14	Integração de tecnologias e web tecnologias no ensino de língua inglesa: concepções teóricas, crenças e interações na prática docente	Azenaide Abreu Soares Vieira	UNESP - Universidade Estadual Paulista	Tese	2012
15	Professor e o uso de informática em escolas públicas: o exemplo de Campinas	Patrícia Barreto	PUC/CAMPINAS - Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Dissertação	2010
16	A inclusão digital nas políticas públicas de inserção das tecnologias de informação e comunicação na educação: o discurso e a prática dos cursos de formação de professores	Maria Léa Guimarães da Silva	UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	Dissertação	2014
17	Difusão tecnológica no ensino de línguas: o uso de computadores portáteis nas aulas de língua portuguesa sob a ótica da complexidade	Adriana Gouvêa Dutra Teixeira	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	Tese	2012
18	Política de informática na educação: o discurso governamental	Sandra Luzia Wrobel Straub	UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas	Tese	2012
19	Tecnologias digitais: o seu lugar nas práticas pedagógicas em uma escola pública municipal do Piauí	Elizabeth Rodrigues Sales	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos	Dissertação	2013

20	Disseminação das tecnologias digitais e promoção da inclusão digital na educação pública: estratégias da governamentalidade eletrônica	Carine Bueira Loureiro	UNISINOS - Universidade Do Vale do Rio dos Sinos	Tese	2013
21	Escolas parque de Brasília: uso do laboratório de informática pelos professores de arte	Cleber Cardoso Xavier	UnB - Universidade de Brasília	Dissertação	2013
22	Inclusão digital de professores da secretaria de educação do distrito federal: um estudo sobre a formação docente	Márcio Ferreira	UnB - Universidade De Brasília	Dissertação	2010
23	Histórias de laboratórios, laboratoristas e ensino de língua portuguesa	Angela Márcia da Silva	UFU - Universidade Federal de Uberlândia	Dissertação	2013
24	Do presencial ao virtual: contribuições do uso de ambientes virtuais e ferramentas on-line para o ensino de literatura	Marcelo José da Silva	UEL - Universidade Estadual de Londrina	Tese	2013
25	Comunicação gráfica em interfaces de hipermídia de educação a distância via web	Taciana de Lima Burgos	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Tese	2010
26	Indicadores de disponibilidade e uso de TIC'S nos CEEBJA'S de Curitiba	Rosane Ortiz Langner	UFPR - Universidade Federal do Paraná	Dissertação	2014
27	Inclusão digital no Brasil: trajetória e casos do programa aluno conectado em Pernambuco	Renan Cabral Da Silva	UFP - Universidade Federal de Pernambuco	Dissertação	2013

28	Direito à comunicação como direito humano: desafios e potencialidades que a inserção das TIC na educação oferece para a superação da “cultura do silêncio” no campo	Isabel Cristina Moreira Santos	UFBA - Universidade Federal da Bahia	Dissertação	2013
29	Ambiente de textualização no ensino a distância: o caso do fórum educacional	Marineide Furtado Campos	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Tese	2012
30	Apropriações de tecnologias da informação e comunicação por professores no contexto da educação do corpo na escola	Geusiane Miranda de oliveira Tocantins	UnB - Universidade de Brasília	Dissertação	2012
31	Elaboração de aulas com suporte de objetos educacionais digitais: estudo de caso realizado em uma escola participante do projeto um computador por aluno (UCA), em Fortaleza - CE	Francisca Danielle Guedes	UFC - Universidade Federal do Ceará	Dissertação	2013

Quadro 1 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

Após leitura das teses e dissertações apresentadas no Quadro 1, foi observado que alguns artigos, mesmo que abordando o ProInfo, não trariam dados que auxiliariam para o debate da inserção das tecnólogas em sala de aula. A partir desta leitura e análise, 13 teses e dissertações foram descartadas conforme Quadro 2.

1	A inserção e uso das TIC nas escolas públicas do estado do Rio de Janeiro: estudo de caso com os concluintes do curso de pós-graduação lato sensu “tecnologias em educação EAD/PUC-Rio”	Jéssica Zacarias de Andrade	PUC/RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro	Dissertação	2013
4	Inovar é preciso: concepções de inovação em educação dos programas ProInfo, enlaces e educar	Claudia Maria Francisca Teixeira	UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina	Dissertação	2010
10	Competências em informação para inclusão digital: os professores da educação básica na sociedade em rede João Pessoa 2014	Carlos Eugênio da Silva Neto	UFPB - Universidade Federal da Paraíba	Dissertação	2014
11	Enunciar democracia e realizar o mercado: políticas de tecnologia na educação até o Proinfo Integrado (1973-2007)	Márcia Correa E Castro	PUC/RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro	Dissertação	2011
16	A inclusão digital nas políticas públicas de inserção das tecnologias de informação e comunicação na educação: o discurso e a prática dos cursos de formação de professores	Maria Léa Guimarães da Silva	UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	Dissertação	2014
22	Inclusão digital de professores da secretaria de educação do distrito federal: um estudo sobre a formação docente	Márcio Ferreira	UnB - Universidade De Brasília	Dissertação	2010
23	Histórias de laboratórios, laboratoristas e ensino de língua portuguesa	Angela Márcia da Silva	UFU - Universidade Federal de Uberlândia	Dissertação	2013

24	Do presencial ao virtual: contribuições do uso de ambientes virtuais e ferramentas on-line para o ensino de literatura	Marcelo José da Silva	UEL - Universidade Estadual de Londrina	Tese	2013
25	Comunicação gráfica em interfaces de hipermídia de educação a distância via web	Taciana de Lima Burgos	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Tese	2010
26	Indicadores de disponibilidade e uso de TIC'S nos CEEBJA'S de Curitiba	Rosane Ortiz Langner	UFPR - Universidade Federal do Paraná	Dissertação	2014
27	Inclusão digital no Brasil: trajetória e casos do programa aluno conectado em Pernambuco	Renan Cabral Da Silva	UFP - Universidade Federal de Pernambuco	Dissertação	2013
28	Direito à comunicação como direito humano: desafios e potencialidades que a inserção das TIC na educação oferece para a superação da “cultura do silêncio” no campo	Isabel Cristina Moreira Santos	UFBA - Universidade Federal da Bahia	Dissertação	2013
29	Ambiente de textualização no ensino a distância: o caso do fórum educacional	Marineide Furtado Campos	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Tese	2012

Quadro 2 – Teses e/ou Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) descartados.

Fonte: Pesquisa do autor

Os artigos apresentados no quadro 2 foram descartados, pois apesar de apontar o ProInfo no trabalho, a pesquisa realizada buscou mais explicar o processo do Programa do que analisar ou avaliar, e assim, pouco teriam a contribuir para esta dissertação.

3.1 RESULTADOS ENCONTRADOS

A partir da leitura dos artigos encontrados foi possível agrupá-los em 4 grandes grupos, apresentados no Gráfico 1 deste item, abaixo apresentado, onde mostra mapeamento das pesquisas encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, em função dos anos de publicação.

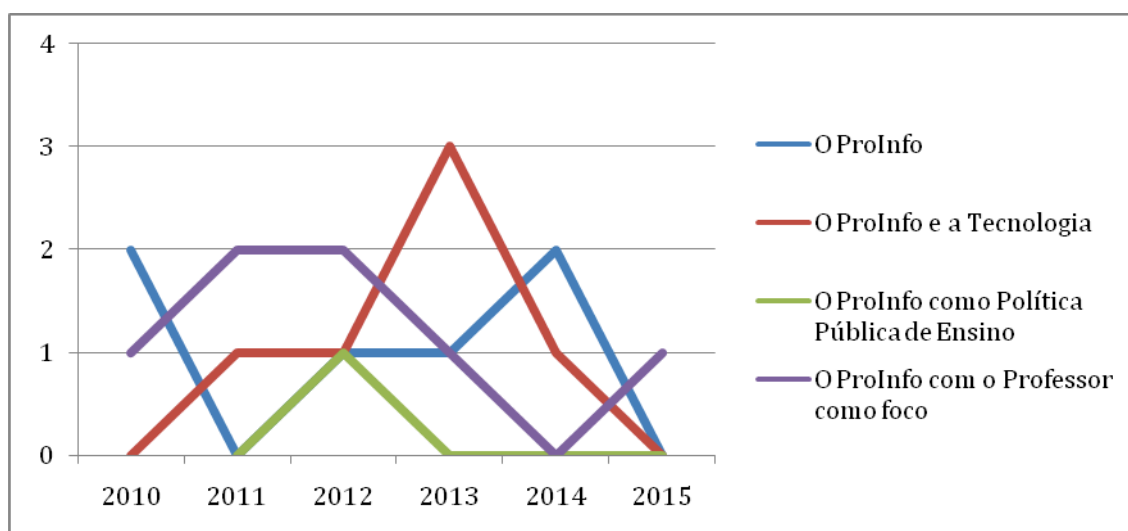


Gráfico 1 – Teses e/ou Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) descartados.

Fonte: Pesquisa do autor

3.2.DIVISÃO POR ABORDAGEM E ANO DE PUBLICAÇÃO

Faz-se necessário aqui uma abordagem no que se refere as regiões e os períodos de publicação, visto que, analisados os artigos, pode-se verificar que poucos trabalhos vem sendo realizado em função de análise e avaliação do programa de inserção das tecnologias da informação e comunicação na educação por meio do ProInfo e, os realizados, concertam-se nas escolas do sudeste do Brasil.

Na tabela 1 deste item, é apresentado o mapeamento das pesquisas encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, em função dos estados e quantidade de trabalhos.

Estado	Quantidade de Trabalhos
Rio de Janeiro	2
São Paulo	4
Rio Grande do Norte	2
Rondônia	1
Minas Gerais	2
Ceará	3
Paraíba	1
Sergipe	1

Piauí	1
Rio Grande do Sul	1
Brasília	2

Tabela1 – Teses e/ou Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) descartados.

Fonte: Pesquisa do autor

Na tabela 2 deste item, é apresentado mapeamento das pesquisas encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, em função dos anos e locais de publicação.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Rio de Janeiro		1			1	
São Paulo	1		2			1
Rio Grande do Norte	2					
Rondônia		1				
Minas Gerais			1		1	
Ceará			1	1		
Paraíba					1	
Sergipe		1				
Piauí				1		
Rio Grande do Sul				1		
Brasília			1	1		

Tabela2 – Teses e/ou Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) descartados.

Fonte: Pesquisa do autor

No Gráfico 2 deste item, é apresentado mapeamento das pesquisas encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, em função dos locais de publicação e assuntos abordados.

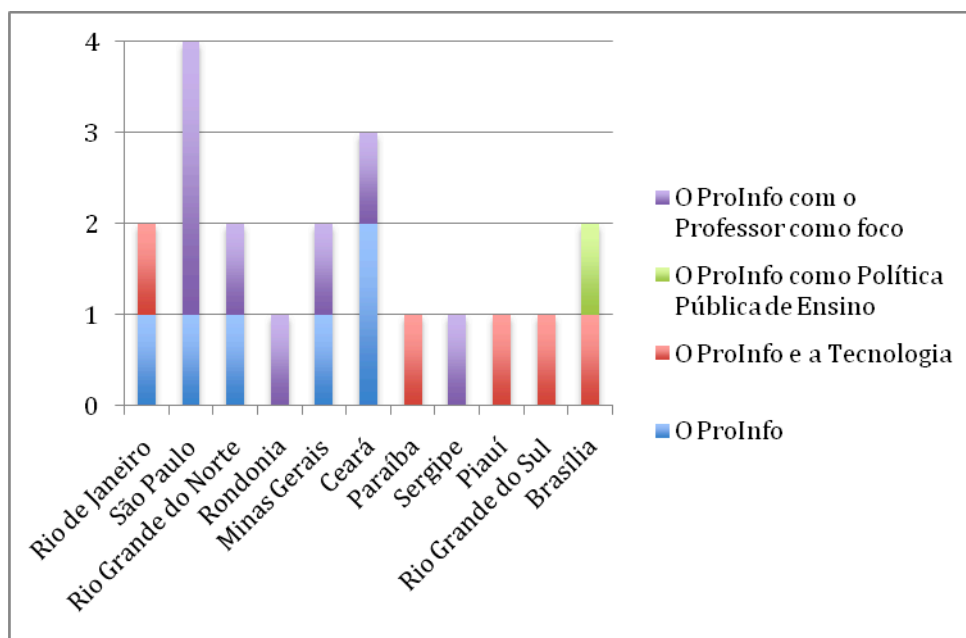


Gráfico 2 – Teses e/ou Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) descartados.

Fonte: Pesquisa do autor

3.3ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÃO

Após leitura buscou dados e evidências que possibilitassem um análise do programa de inserção das tecnologias no ensino a partir do olhar dos autores dos artigos, tal como segue:

2	O laboratório ProInfo: uso e apropriação das tecnologias educacionais por parte dos professores	Maria Joseneide Apolinário	UNINOVE - Universidade Nove de Julho	Dissertação	2015
---	---	----------------------------	--------------------------------------	-------------	------

Quadro 3 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

O artigo acima citado, *o laboratório ProInfo: uso e apropriação das tecnologias educacionais por parte dos professores*, teve como objetivo a investigação do uso e apropriação que os professores fizeram das tecnologias educacionais dos laboratórios escolares implementados pelo ProInfo. Ficou

evidenciado pelos resultados obtidos na pesquisa que existe uma necessidade, por parte dos professores, de uma maior assimilação das ferramentas disponibilizadas pelo programa. Apesar de muitos não fazerem uso dos equipamentos em função da falta de manutenção, nota-se que não há estímulo para que os professores façam uso das ferramentas.

3	O uso pedagógico das TIC como expansão das capacidades: o ProInfo Natal/RN	Maria Aparecida Ramos da Silva	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Dissertação	2010
---	--	--------------------------------	--	-------------	------

Quadro 4 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

No artigo, “O uso pedagógico das TIC como expansão das capacidades: o ProInfo Natal/RN”, o principal objetivo da pesquisa foi realizar uma avaliação da efetividade desse programa nas escolas públicas do município, por meio de entrevistas gestores e professores, grupos de estudantes do 9º ano do ensino fundamental, além de análise documental que regulamentam o programa.

A partir da análise da pesquisadora nota-se que programa possui diversas lacunas que impedem a sua efetividade, mas que tem na raiz deste problemas a melhor preparação dos professores. Uma das dificuldades é o entendimento, por parte dos alunos, no objetivo do espaço informatizado, o que passa também por uma melhor capacitação dos professores.

Outro problema é a rapidez das atividades passadas e sua metodologia. Como alguns professores não compreendem ou desconhecem as possibilidades dos meios auxiliares e reforçado por um conflito de gerações, acabam por não conseguirem tornar as atividades atrativas o suficiente para acompanhar as demandas dos alunos, que na qualidade de nativos digitais, processam as informações mais rapidamente, além de ver aquele meio como uma ferramenta de lazer.

5	ProInfo e o ensino de matemática em Pimenta Bueno-RO: implicações e desafios	Raimundo Nonato Filho	PUC/RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Dissertação	2011
---	--	-----------------------	--	-------------	------

Quadro 5 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

O trabalho, “ProInfo e o ensino de matemática em Pimenta Bueno-RO: implicações e desafios”, teve como objetivo compreender como professores de Matemática da Educação Básica de escolas públicas estaduais do município de Pimenta Bueno, interior do estado de Rondônia, incorporam às suas práticas docentes às Tecnologias da Informação e Comunicação.

As percepções do autor, em função dos relatos dos professores são, em primeiro lugar, é a ambientação destes na nova metodologia, pois não ha cultura de utilização dos computadores no ensino e por serem imigrantes digitais, o ritmo da atividades acaba sendo prejudicado. Outro questionamento levantado pelos professores é o número de máquinas disponibilizadas por alunos, o que influencia diretamente no aproveitamento do aluno, além do espaço físico disponibilizados para os laboratórios. Outro ponto negativo é o suporte técnico para manutenção das máquinas. Os profissionais responsáveis pela manutenção vem de outra cidade e a demora em atender a escola para dar manutenção nos equipamentos influencia diretamente na cultura de utilização dos computadores na educação.

Mesmo com os problemas encontrados, na maioria dos casos os professores tem o programa como uma ferramenta muito boa, que proporciona aos alunos um equipamento conectado, o que para uma parte dos alunos, ainda não é uma realidade em casa, pelo fato da escola estar em uma comunidade carente. Isto encoraja os professores, mesmo com os aspectos negativos, a utilização das tecnologias disponibilizadas pelo programa, ressaltando que o computador não pode ser apenas para a informatização dos processos, mas um ambiente que proporciona novas formas de pensar e aprender.

6	ProInfo em Nova Iguaçu: tecnologia educacional e formação cultural ou informática educativa e semiformação?	Naíra Fonseca Fois	UERJ - Universidade do Estado do Rio De Janeiro	Dissertação	2014
---	---	--------------------------	--	-------------	------

Quadro 6 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtb.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

A dissertação acima, “ProInfo em Nova Iguaçu: tecnologia educacional e formação cultural ou informática educativa e semiformação?”, teve como objetivo compreender a presença das tecnologias digitais na informação e comunicação na escola, com foco nos gestores do programa. Na pesquisa da autora, é possível entender o processo de inserção das tecnologias, na visão dos gestores e usuários, onde é possível ter uma visão do projeto, através dos questionários daqueles que estão na ponta da linha do processo. No que diz respeito a avaliação, a pesquisadora trabalhou por dois caminhos: um deles nas atividades de utilização das ferramentas do ProInfo e na outra a capacitação dos professores.

No colégio onde fora desenvolvido o trabalho, existe um distanciamento entre os mediadores ou facilitadores com os professores, para utilização do ProInfo. Pelas respostas encontradas, não existia uma articulação entre estes dois grupos para utilização do real potencial que a escola pode auferir com o programa. Além disso, os poucos equipamentos não permitiam que a turma trabalhasse em conjunto no laboratório, muito menos que os professores responsáveis da disciplina acompanhassem os trabalhos, ficando os mediadores com este cargo.

No universo dos professores pode-se notar que na sua grande maioria tem o programa como algo necessário, importante e que auxilia no desenvolvimento do aluno, no entanto, falta-lhes uma melhor compreensão das possibilidades quando da utilização. Muitos deles sentem falta de uma plataforma onde possam ser compartilhados conteúdos e materiais já montados por outros professores. Em

função disso, a pesquisa aponta que os professores que tem utilizado os equipamentos, os tem utilizado para apresentação de slides e filmes.

7	Um olhar sobre a implantação do ProInfo em escolas municipais de Minas Gerais	Vânia De Fátima Flores	UFLA - Universidade Federal de Lavras	Dissertação	2014
---	---	------------------------	---------------------------------------	-------------	------

Quadro 7 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

O trabalho “Um olhar sobre a implantação do ProInfo em escolas municipais de Minas Gerais” teve como objetivo avaliar a implementação do Programa nas escolas municipais urbanas e do campo, além de verificação das reais implicações no progresso do ensino. A pesquisadora utilizou-se de entrevistas de amostras de três categorias para levantamento de dados: Gestores públicos, gestores escolares e professores. Por parte dos gestores, tanto público como de escolas, quase que na totalidade entendem da importância do projeto, mas a visão da execução é de um programa que precisa de acertos para sua continuidade. Falta de formação dos professores, não utilização da sala de informática como ferramenta pedagógica, Computadores sem condições de uso e espaço físico adequado, são alguns indicadores que confirmam isto.

Por parte dos professores, dos 194 entrevistados, 50% deles conhecem o ProInfo e 32% não. Uma parcela mínima declara não ter habilidades, mas ainda assim, algumas das demandas levantadas por eles são técnicos ou facilitadores para apoiá-los. O esmo acontece com relação a utilização das salas de informática, onde apenas 30,9% fazem uso dos equipamentos. Na grande maioria, as principais reclamações concentram-se em: manutenção frequente das ferramentas, falta de capacitação, falta de suporte técnico durante as aulas e dificuldades de utilizar as tecnologias pedagogicamente

8	Política pública e educação digital no ensino fundamental em Natal/RN: análise de eficácia da atuação dos objetivos do Proinfo municipal	Iris Laura Batista Martins	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Dissertação	2010
---	--	----------------------------	--	-------------	------

Quadro 8 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

A dissertação supracitada discursa sobre a política pública de inclusão digital e do impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação na formação da cidadania analisando a eficácia da atuação do Proinfo do município de Natal-RN. Para tanto foram entrevistados coordenadores, professores e alunos de 17 escolas municipais. No universo dos professores, mais uma vez recai as questões de falta de capacitação espaços adequados e pouca utilização com riqueza pedagógica, ainda que motivados pelos agentes escolares e incentivo aos alunos para utilização dos espaços.

Alguns aspectos positivos aparecem na entrevista como a busca pelo autoconhecimento, mostrando que os professores acreditam na potencialidade do programa de inserção da tecnologia no ensino. Quase 70% também concordam que mesmo com todos os problemas encontrados, já existe uma melhoria da prática pedagógica e que a interação com os alunos melhorou. Já no ponto de vista do aluno, o acesso não ocorre em horários adequados e raramente utilizam os laboratórios. Além disso, apontaram que os professores não tem plena capacidade de utilizar, mas que buscam sempre utilizar a informática para exposição das aulas. Os alunos se dividem quando questionado sobre a construção de uma cultura informacional e acesso a informação, pois no geral, acham que utilizam pouco o equipamento.

9	Avaliação do programa nacional de tecnologia educacional - Proinfo na perspectiva da formação docente em Fortaleza	Wilma Rodrigues Freire	UFC - Universidade Federal do Ceará	Dissertação	2013
---	--	------------------------	-------------------------------------	-------------	------

Quadro 9 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

Na dissertação “Avaliação do programa nacional de tecnologia educacional – ProInfo na perspectiva da formação docente em Fortaleza”, a pesquisadora objetivou avaliar o Programa a partir do ponto de vista dos docentes da rede municipal de da cidade supracitada, no tocante ao uso dos recursos tecnológicos e suas implicações na prática. Como a pesquisadora buscou nos cursos de formação os dados necessários para o trabalho, a grande maioria dos professores entrevistados apresentavam um quadro de pontos positivos do programa de capacitação. Cursos por níveis de formação, oferta diversificada, adequação ao contexto escolar e disponibilidade dos formadores e de ferramentas e programas para apoio em sala de aula.

Contraponto à este quadro é a infraestrutura disponibilizada. Poucos computadores disponíveis e problemas ou em alguns casos falta de acesso a internet. Ainda sim, foi possível verificar que os professores se mantinha motivados e acreditando no potencial que o programa tem.

12	Formação continuada de professores: análise sobre uso das tecnologias da informação e comunicação - TIC na organização do trabalho pedagógico	Maria Elze dos Santos Plácido	UFS - Universidade Federal do Sergipe	Dissertação	2011
----	---	-------------------------------	---------------------------------------	-------------	------

Quadro 10 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

No trabalho “Formação continuada de professores – análise sobre uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na organização do trabalho pedagógico”, a autora buscou avaliar os caminhos para capacitação dos professores para utilização das tecnologias de comunicação e informação, mais pontualmente o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na organização do trabalho

pedagógico dos professores da rede pública municipal de Estância. Foi analisado o uso das TIC na organização do trabalho pedagógico dos professores da rede pública municipal, a metodologia dos cursos, a infra-estrutura informacional das escolas e a prática pedagógica dos professores a partir das TIC.

Na pesquisa a autora identificou seis (6) cursos diferentes que tinham como foco o aperfeiçoamento na utilização da informática no ensino, constatando a partir deste levantamento que, apesar da existência dos cursos de formação continuada, pouco professores buscam por estes aperfeiçoamentos.

Pelo ponto de vista dos professores, os cursos são muito rápidos com um vocabulário diferente da utilizada em sala; módulos que apresentavam pré-requisitos o que atrapalhava um pouco a evolução dos professores, pois alguns quando não entendiam algum assunto de um módulo, já partiam para outros assuntos em função do pouco tempo para a capacitação. Infraestrutura precária, com computadores e ar condicionados quebrados, espaços limitados, falta de internet e falta de alinhamento dos professores com os coordenadores de escola dificultam o processo. Ainda assim, acreditam no processo de transformação do ensino proporcionado pelo uso das tecnologias, que além de trazer benefícios para alunos, muito contribuem para os professores na melhoria do processo pedagógico e facilidades para transmitir e construir conhecimento.

13	Tecnologias de informação e comunicação na educação e inclusão sócio-digital; uma avaliação do programa de informática na educação - Proinfo em Fortaleza	Hérica Queiroz Oliveira	UFC - Universidade Federal do Ceará	Dissertação	2012
----	---	-------------------------	-------------------------------------	-------------	------

Quadro 11 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtb.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

O trabalho “Tecnologias de informação e comunicação na educação e inclusão sócio-digital – uma avaliação do programa de informática na educação –

ProInfo em Fortaleza”, a pesquisadora buscou verificar os impactos desse programa junto aos sujeitos (aluno, pais, diretor, professor e gestor) envolvidos no programa, por meio dessa avaliação, aferir em que medida o PROINFO leva à inclusão sócio-digital. Para a realização deste trabalho, a inclusão sócio-digital foi considerada não apenas como o acesso a uma máquina, mas, considerou-se, sobretudo, os aspectos socioeconômicos e cognitivos. Levando em consideração as interações dos alunos com os computadores das escolas, nota-se o pouco tempo do uso. Algo que chama atenção é de que em universo de 137 alunos entrevistados, quase 83% não possuem computador em casa. A utilização fora da escola se dá na maioria das vezes em lan houses e na casa de amigos com objetivos de navegar na internet e fazer trabalhos e, principalmente, acesso a redes sociais. Foi observado também que existe restrição no uso dos computadores na escola devido ao número reduzido de máquinas. Poucos utilizaram para fazer algum curso à distância.

Em uma visão geral do uso do computador, destacam-se as seguintes atividades: fazer Pesquisa (19,4%), ajudar nos trabalhos escolares (14,3%), ajudar no Aprendizado (12%), ajudar na comunicação (11,4%), diversão - redes sociais (10,9%), melhorar as oportunidades no mercado de trabalho (10,9%), entre outros.

Quando questionados sobre o lado ruim da utilização do computador, foram dadas as seguintes respostas: Pedofilia pela internet (19,8%), quando é utilizado como meio de crimes (Sequestros, tráfico e assaltos) (17,2%), ficar viciado (12,9%), vídeos pornográficos (11,2%), vírus (9,5%), pagar para usar (9,5%), entre outros.

Numa análise comparativa entre as escolas que aderiram ao programa, verificou-se que todos os alunos utilizam a internet e, na grande maioria das vezes, incentivados pelos professores, além disso, constatam que a utilização dos laboratórios contribui para o melhor rendimento escolar, resultando quase que na totalidade que gostam de estudar e fazer trabalhos nos computadores da escola.

Contudo, numa avaliação macro, fica nítido, na maioria das escolas, que os maiores problemas são de infra-estrutura: espaços pequenos, poucos computadores, oscilação da energia e falta de apoio técnico para manutenção dos espaços, são alguns deles.

14	Integração de tecnologias e webtecnologias no ensino de língua inglesa: concepções teóricas, crenças e interações na prática docente	Azenaide Abreu Soares Vieira	UNESP - Universidade Estadual Paulista	Tese	2012
----	--	------------------------------	--	------	------

Quadro 12 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

Na tese “Integração de tecnologias e webtecnologias no ensino de língua inglesa: concepções teóricas, crenças e interações na prática docente”, o pesquisador buscou analisar concepções teóricas e crenças de professores de língua inglesa sobre ensino mediado por tecnologias e verificar como estas interagem na reconstrução da prática docente a partir das orientações dos cursos vinculados ao Programa Proinfo Integrado.

O pesquisador fez uma imersão no ambiente de investigação com o intuito de investigar o ensino da língua inglesa com a integração da tecnologia nas práticas de aula. O resultado desta pesquisa mostra o quanto as tecnologias ajudaram na melhoria e auxílio pedagógico. Utilização de redes sociais para interagir com outros alunos em práticas de conversação. Utilização da internet para pesquisas e desenvolvimento de trabalhos integrados utilizando a internet e o *writer*. Utilização de Datashow, computador e PowerPoint para explicar a cerca de um assunto tendo como exemplo lustrações vídeos. Passar filmes sem legendas e com áudio em inglês para trabalhar o *listening*.

Não obstante, também recaíram aqui problemas encontrados em outros locais. Falta de estrutura, computadores estragados e sem manutenção. Além disso, é reconhecido pelos professores o desafio de criar rotinas de trabalho mudando práticas que são trabalhadas há anos. Mesmo com curso de capacitação ainda fica o medo do novo, muitas vezes pela falta de tempo para preparar melhor aulas mais dinâmicas.

15	Professor e o uso de informática em escolas públicas: o exemplo de Campinas	Patrícia Barreto	PUC/CAMPINAS - Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Dissertação	2010
----	---	------------------	---	-------------	------

Quadro 13 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

A dissertação, “Professor e o uso da informática em escolas publicas: o exemplo de campinas” foi inspirada na necessidade vista pelo autor da Educação se inserir no meio tecnológico. Sendo assim, o trabalho visa averiguar o processo de formação dos docentes para o uso das tecnologias apresentadas atualmente no contexto da politica do ProInfo, na cidade de Campinas, São Paulo.

Como meio de metodologia foi utilizado a qualitativa e os dados foram coletados a partir de questionários aplicados a professores de Ensino Fundamental de escolas municipais de Campinas. Além de entrevistas que foram realizadas com a coordenadora do Núcleo Tecnológico Educacional (NTE) que representa o PROINFO em Campinas; com o diretor do Departamento Pedagógico da Prefeitura, com os dois diretores das escolas avaliadas e dois coordenadores das mesmas. Com os resultados obtidos pode-se notar que há divergências entre a escola e o meio publico em relação a tecnologia. Sendo assim, o ProInfo em Campinas necessita de uma revisão das diretrizes funcionais para que haja melhor apresentação e assim, torne-se mais claro e mensurável.

17	Difusão tecnológica no ensino de línguas: o uso de computadores portáteis nas aulas de língua portuguesa sob a ótica da complexidade	Adriana Gouvêa Dutra Teixeira	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	Tese	2012
----	--	-------------------------------	---	------	------

Quadro 14 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

O trabalho, “Difusão Tecnológica no Ensino de Línguas: o uso de computadores portáteis nas aulas de Língua Portuguesa sob a ótica da Complexidade”, afirma que programadas como ProInfo e Programa um computador por aluno (PROUCA) são bases das políticas educacionais atuais. A pesquisa tem como objetivo explicar o modo como os professores de Língua Portuguesa recebem as diretrizes e como é feita a implantação do laptop educacional em sala de aula.

Para realização de tal estudo, foi usado um enfoque sistêmico de observação do contexto, que visa avaliar a interação dos agentes ao mesmo tempo analisa um modelo de apresentação difusa de uma inovação como um fator multifacetado.

Na primeira fase da pesquisa foram aplicados questionários a todos os níveis de multiplicadores dos dois programas com intuito de mostrar o modo como os mesmos são comunicados para os agentes que transmitem o projeto às escolas. Já na segunda etapa, o objetivo era direcionado aos docentes em sala de aula e visou avaliar a percepção dos docentes e alunos que são contemplados pelo programa UCA Total com a distribuição de laptops. Coletou-se depoimentos e narrativas dos discentes e docentes nessa etapa.

Os resultados voltaram-se para o modo como a tecnologia é incorporada às aulas de Língua Portuguesa e as mudanças que ocorreram provenientes da interação com os laptops. Foi possível notar as dificuldades e medos encarados pelos professores sob implantação do Projeto Uca em Tiradentes, Minas Gerais.

18	Política de informática na educação: o discurso governamental	Sandra Luzia Wrobel Straub	UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas	Tese	2012
----	---	----------------------------	---	------	------

Quadro 15 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdttd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

O trabalho, Política de informática na educação: o discurso governamental, teve como objetivo analisar a perspectiva da Análise de Discurso materialista francesa, o discurso governamental sobre as tecnologias de informação e de comunicação – TICs – na educação pública. Para chegar a tal resultado, usou-se o

Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo (1997 e 2007) e os discursos de representantes do governo no lançamento do Programa Telecomunidade: mais comunicação para todos realizado na região norte de Mato Grosso.

No item para a melhoria educacional, o autor ressalta a constante referência à tecnologia, somado a esse fator, é ressaltado o estabelecimento da escola privada como parâmetro de qualidade para a escola pública.

A autora traz em seu trabalho 5 recortes quanto a análise dos documentos oficiais do programa. Um primeiro mostrando a busca do programa em aproximar a escola da vida, em que através dos aplicativos e programas disponibilizados pelo ProInfo buscam atender demandas do nosso cotidiano. Um segundo recorte buscando a qualidade comprometida com a equidade, mostrando a importância da melhoria do ensino com suporte das TICs e oportunizando o acesso para todos, o que também atende ao terceiro recorte que é diminuir as diferenças de oportunidades de formação entre os alunos do sistema público de ensino e os da escola particular. O recorte 4 atendendo o educar para uma cidadania global numa sociedade tecnologicamente desenvolvida. Por fim, o recorte 5 trazendo o professor como fator de sucesso das políticas públicas.

De acordo com a autora, as análises permitiram compreender o confronto político-ideológico no modo de instituir sentidos à/na educação brasileira.

19	Tecnologias digitais: o seu lugar nas práticas pedagógicas em uma escola pública municipal do Piauí	Elizabeth Rodrigues Sales	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos	Dissertação	2013
----	---	---------------------------	--	-------------	------

Quadro 16 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

O trabalho disserta sobre as tecnologias digitais, na relação com as demais tecnologias de informação e comunicação, apresentadas como mediadoras das práticas pedagógicas de professores, e assim, avaliar suas implicações e efetividade de uso nas escolas nos tempos atuais.

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de Piauí, onde encontra-se disponíveis para os professores objetos técnicos como *datashow*, *notebook*, acesso a internet *wifi* e um laboratório de informática adquirido no ano de 2012 através do ProInfo. O método de seleção dos professores foi através de um questionário, já a coleta de dados foi feita por entrevista, observações na escola escolhida, leitura de documentos, livros, trabalhos acadêmicos entre outros disponibilizados na *web*.

O resultado da pesquisa revela que as tecnologias digitais estão inseridas das práticas pedagógicas e são utilizados em atividades de ensino através de um esforço dos próprios professores. Os mesmos mostram-se conscientes sobre a necessidade de aprimorarem-se sobre as tecnologias disponíveis para assim, adequarem-se para o novo perfil de aluno que demonstram habilidades sobre as tecnologias digitais. Conclui-se que o laboratório que foi pensado como um espaço de inserção a digital apresenta limitações, pois não possui total alcance aos objetivos propostos no Decreto nº 6.300

20	Disseminação das tecnologias digitais e promoção da inclusão digital na educação pública: estratégias da governamentalidade eletrônica	Carine Bueira Loureiro	UNISINOS - Universidade Do Vale do Rio dos Sinos	Tese	2013
----	--	------------------------	--	------	------

Quadro 17 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtb.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

O trabalho, “Disseminação das tecnologias digitais e promoção da inclusão digital na educação pública: Estratégias da governamentalidade eletrônica” tem

como objetivo indagar a disseminação das tecnologias digitais e promoção da inclusão digital na educação. Entre os materiais de pesquisa estão: Projeto EDUCOM (Educação e Computador), PRONINFE, PROINFO e Programa Um computador por Aluno.

As análises realizadas possibilitaram concluir que o espargimento das tecnologias digitais e a oferta da inclusão digital na educação pública são vistas como necessárias para o desenvolvimento do indivíduo no mundo contemporâneo. Foi possível concluir ao final da pesquisa, que na atualidade é indispensável a inserção no meio tecnológico a fim de proporcionar aos indivíduos melhores condições para sua intervenção na sociedade

21	Escolas parque de Brasília: uso do laboratório de informática pelos professores de arte	Cleber Cardoso Xavier	UnB - Universidade de Brasília	Dissertação	2013
----	---	-----------------------	--------------------------------	-------------	------

Quadro 18 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

O trabalho, “Escolas parque de Brasília: uso do laboratório de informática pelos professores de arte” afirma que há presença das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s) no ambiente escolar brasileiro, tanto urbano quanto rural por meio de laboratórios de informática com acesso a internet e tornam-se presentes no cotidiano dos alunos e professores, por meio de seus telefones celulares, smartphones, laptops e notebooks.

As políticas públicas de incentivo ao acesso e inserção de professores e alunos quanto às TIC’s acontecem há anos e já modificaram as práticas de ensino no ambiente educacional e social. Tais mudanças continuam a ser amplamente estudadas. Entretanto existe uma parcela, localizada na cidade de Brasília, que são as Escolas Parque, as quais ainda não foram pesquisadas quanto à intervenção do uso das TIC’s enfocando aqui o Programa de Informatização das Escolas Públicas do Governo Federal que distribui e instala laboratórios de informática nas escolas

públicas brasileiras, além de aprimorar os professores para fazerem uso destas ferramentas.

Essa pesquisa visa conhecer a situação de uso dos laboratórios de informática nas Escolas Parque de Brasília, além de traçar o perfil dos profissionais que ali atuam, quanto a capacitação técnica para uso deste recurso, bem como conhecer o impacto do Programa ProInfo nestas escolas e na comunidade escolar ali atuante.

30	Apropriações de tecnologias da informação e comunicação por professores no contexto da educação do corpo na escola	Geusiane Miranda de Oliveira Tocantins	UnB - Universidade de Brasília	Dissertação	2012
----	--	--	--------------------------------	-------------	------

Quadro 19 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

A dissertação “Apropriações de tecnologia da informação e comunicação por professores no contexto da educação do corpo na escola”, teve como objetivo compreender a apropriação de utilização de meios auxiliares de informática nas práticas educativas de professores. O trabalho se deu em uma pesquisa de campo durante a realização de um curso de formação continuada proposto a partir do módulo elaboração de projetos, que faz parte do ProInfo Integrado, plataforma do Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional, do Ministério da Educação.

No que tange a utilização das TICs, quase que na totalidade dos professores tem noção de que não há mais volta, as tecnologias da informação e comunicação são elementos necessários para um melhor desempenho em sala de aula, principalmente por auxiliarem sobremaneira na produção de material e proporcionar ambientes colaborativos para geração do conhecimento. Como foi uma pesquisa dentro de um curso de formação continuada, não foram levantados problemas de utilização dos computadores, pelo contrário, os professores estavam tão tomados

pelas novas possibilidades que veem nas TIC's as ferramentas necessárias para uma transformação pedagógica capaz de melhorar o ensino.

31	Elaboração de aulas com suporte de objetos educacionais digitais: estudo de caso realizado em uma escola participante do projeto um computador por aluno (UCA), em Fortaleza - CE	Francisca Danielle Guedes	UFC - Universidade Federal do Ceará	Dissertação	2013
----	---	---------------------------	-------------------------------------	-------------	------

Quadro 20 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados entre os anos de 2010 e 2015, tendo como palavra chave da pesquisa o ProInfo.

Fonte: Pesquisa do autor:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=PROINFO&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2015>. Acesso em 05 de maio de 2016.

O compartilhamento e o acesso à variedade de recursos digitais se tornou acessível graças a Internet, impactando, sobretudo na Educação, especialmente na forma de se realizar pesquisas. O trabalho realizado visa disponibilizar objetos educacionais, que vem sendo incentivado pelo Ministério da Educação (MEC), para o professor.

Através de um estudo de caso, que envolvia entrevista semiestruturada, observação participante e questionário, de uma escola pública de Fortaleza, foi averiguado como os professores selecionam objetos educacionais digitais em contextos educacionais no âmbito do projeto UCA. A pesquisa foi realizada com professores participantes de uma escola contemplada com laptops do Projeto UCA.

A partir desse trabalho, foi possível avaliar como os professores selecionaram os objetos educacionais e quais os critérios utilizados por eles para a escolha dos recursos. Foi possível obter respostas sobre quais as dificuldades encontradas por esses professores na ocasião da seleção dos objetos educacionais.

Sobre os critérios de busca dos objetos, percebe que a maioria dos professores prefere o que é mais atrativo. Em relação à localização, a maioria das professoras tem uma metodologia de pesquisa orientada por temas, interesses

pedagógicos e utilizava os motores de busca ao invés dos portais apresentados nos cursos de formações. Além disso, nenhuma professora sabia da existência do BIOE, ferramenta apresentada na intervenção, o que reflete uma má apresentação e exposição das ferramentas desenvolvidas pelo Ministério da Educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar o Programa Nacional de Tecnologia Educacional que tem por objetivo a inserção de tecnologia nas práticas pedagógicas na rede pública de educação básica. Para tanto, foram utilizadas teses e dissertações que analisaram e avaliaram o programa nos anos de 2010 a 2015, publicados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A partir da construção do referencial teórico, onde se buscou a apropriação do conteúdo sobre inserção da tecnologia na educação, foi verificada a validação do programa como um instrumento democrático e transformador da educação. Os equipamentos informatizados servem como auxiliares de ensino, e dessa forma, criam ambientes geradores de conhecimento, potencializados pelo acesso à informação, transferência de dados online e práticas pedagógicas mais atrativas, onde os alunos passam a ser, também, protagonistas no processo de ensino-aprendizagem.

A relevância da pesquisa se dá, principalmente, para que se possa ter um uma visão geral da evolução do programa e assim verificar se os objetivos propostos estão sendo alcançados. Ao buscar maiores informações sobre a utilização das tecnologias do ensino, mais evidente ficaram as melhorias das práticas pedagógicas possíveis, beneficiando tanto professores quanto alunos. Permitir que o aluno tenha acesso mais facilitado à informações e ferramentas de comunicação, principalmente àqueles que não tem acesso a computador e internet fora do ambiente escolar e propiciar que estes se sintam parte da geração do compartilhamento e da comunicação, trabalhando principalmente a questão do analfabetismo digital, tão importante, também, para o crescimento profissional dos cidadãos.

Mesmo que não seja possível generalizar a situação do programa, em função de que os estudos encontrados não são referentes a todos os locais onde o mesmo

está inserido, a pesquisa permitiu apresentar um panorama da sua efetividade uma vez que foi analisado a partir de teses e dissertações de diversos pesquisadores de diferentes estados do Brasil.

Durante a leitura crítica dos relatos dos entrevistados, análise, avaliações e conclusões dos trabalhos arrolados nesta pesquisa, verificou-se que, apesar do programa buscar meios e ferramentas para que a inserção das tecnologias na educação proporcione uma melhoria do ensino, acesso a informação e às tecnologia de comunicação, na prática, tem deixado várias lacunas que impossibilitam que o programa atue de forma mais eficiente.

Para as questões de distribuição de equipamentos, o que se nota é a falta de levantamento e planejamento, visto que a maior reclamação dos professores são em função de espaços limitados, além de ter que dividir turmas ou colocar mais de um aluno por equipamento, o que dificulta o processo de aprendizagem, já que a prática durante o processo de ensino permite uma melhor compreensão e fixação do exercício. A falta de ações complementares para os laboratórios e utilização dos equipamentos nos mostra os problemas de infraestrutura, vários relatos foram em função de ter as salas informatizadas montadas, mas não contam com acesso a internet, o que limita as práticas pedagógicas.

A indisponibilidade de técnicos e a falta de manutenção dos equipamentos é recorrente na fala daqueles entrevistados durante as pesquisas. Por vezes, mesmo que a escola esteja equipada com número de dispositivos suficientes para as turmas, por falta de manutenção muitas máquinas não funcionavam, dificultando o trabalho.

Outro problema está na capacitação dos professores, no que se refere ao preparo daqueles que tem a responsabilidade de fazer acontecer na ponta da linha, o programa deixa a desejar. Apesar dos professores terem a disposição uma plataforma online, durante os relatos fica claro que os professores tem dificuldades de inserir as tecnologias, produzir e trabalhar novas práticas pedagógicas. Mesmo àqueles que tem maior acesso aos treinamentos, julgam que, mesmo os cursos abrindo caminhos e mostrando as possibilidades e potencialidades de utilização dos

equipamentos em sala de aula, são cursos com poucas horas para capacitá-los a planejar e desenvolver novas práticas pedagógicas.

Num primeiro momento, o que se nota é que os trabalhos encontrados dentro do espaço de tempo proposto por este trabalho, foram em sua maioria desenvolvidos nas regiões sudeste e nordeste, não ficando claro os motivos, se é pelas escolas destas regiões estarem mais avançadas no trabalho com o programa; por ser um assunto a ser desmistificado; por falta de conhecimento ou comunicação, ou ainda por existir uma descrença no que o programa pode ajudar.

No geral, o que se percebe é que o ProInfo acaba sendo desenvolvido de forma muito dispersada e sem controle. Suas informações são de difícil acesso, principalmente no que se refere a avaliação, demonstrativos ou relatórios dos resultados alcançados. Instalações insuficientes e capacitação dos gestores e professores muito precária, dificultam ainda mais que o programa atinja seus objetivos. Tudo isto somado a falta de um melhor planejamento das atividades, resultam em um tempo limitado dos alunos em contato com os equipamentos e eficácia na adesão ao programa.

Em que pese, os benefícios que o programa possibilita, é lamentável a má gestão dos investimentos que foram alocados no programa, pois por estar sendo pouco efetivo e administrado, tem-se como resultado poucas conquistas. Não é possível que todo um aparato seja projetado, sem que a sua execução seja fiscalizada em todas as instâncias. Não faz sentido implementar um programa, investindo recursos sem a devida gestão das ações e, principalmente, verificando se os objetivos estão sendo alcançados.

Outra dificuldade de se teve ao longo deste trabalho, foi o de acesso a dados do programa, como valores investidos, escolas com o programa implementado, fases de execução de ações, os tipos de equipamentos disponibilizados e etc. Sendo um programa de política pública, deveria ser facilitado o acesso a informações no próprio site do ProInfo.

Fica claro que o ProInfo, da mesma forma que outros vários programas, precisa de um acompanhamento mais crítico, com indicadores, conceitos e medidas bem definidos pelo Ministério da Educação, para que se possa ter melhores avaliações das ações, permitindo correções nas intervenções. Pois com verificações mais constantes e a manutenção do problemas encontrados é possível o alcance dos objetivos e a otimização dos resultados do programa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Magda; FERREIRA, Lidiane. **As Políticas Públicas como mecanismo de conquista efetiva da cidadania.** Disponível em: <http://www.aems.edu.br/conexao/educacaoanterior/Sumario/2013/downloads/2013/3/38.pdf> . Acesso em 28/12/2016

ANDRADE, Jéssica Zacarias de. **A inserção e uso das TIC nas escolas públicas do estado do Rio de Janeiro: estudo de caso com os concluintes do curso de pós-graduação lato sensu “Tecnologias em Educação-CCEAD/PUC Rio”.** Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação. Rio de Janeiro: 2013.

APOLINÁRIO, Maria Joseneide. **O laboratório Proinfo: uso e apropriação das tecnologias educacionais por parte dos professores.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho - Uninove São Paulo: 2014.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: “O problema maior é o de estudar”.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 279-292, jan./abr. 2011, p. 272-292.

ASSMANN, Hugo. **A metamorfose do aprender na sociedade da informação.** Ci. Inf., v. 29, n. 2, p. 7-15, maio/ago. Brasília: 2000.

BARRA, Alex Santos Bandeira. **O Proinfo e a Formação de Professores em Goiânia.** Brasília: UNB, 2007.166 p.Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BARRETO, Patrícia. **Professor e o uso da informática em escolas públicas: o exemplo de Campinas.** Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Educação. Campinas: PUC-Campinas, 2010.

BURGOS, Taciana de Lima. **Comunicação gráfica em interfaces de hipermídia de educação a distância via.** Tese (Doutorado) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2010.

CAMPOS, Marineide Furtado. **Ambiente de textualização no ensino a distância: o caso do fórum educacional.** Tese (Doutorado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2012.

CASTRO, Márcia Correa e. **Enunciar democracia e realizar o mercado: políticas de tecnologia na educação até o Proinfo integrado (1973-2007).**Dissertação

(mestrado)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação. Rio de Janeiro: 2011.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CUNHA, L. A. **Ensino Médio e Ensino Profissional: da fusão à exclusão**. In: Reunião Anual da Anped, 20., 1997, Caxambu. (Mimeo).

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COSTA, Margarete. **Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) - Expansão, democratização e inserção das tecnologias na Rede Pública**. Quanta Comunicação e Cultura. v. 01, n. 01, 2015, p. 52-63.

Decreto Nº 6.300, de 12 De Dezembro De 2007, dispõem sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo.

DEMO, P. **Aprendizagem e Novas Tecnologias**. *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física – ISSN 2175-8093 – Vol. 1, n. 1, p.53-75, Agosto/2009*.

FERREIRA, Márcio. **Inclusão digital de professores da secretaria de educação do Distrito Federal: um estudo sobre a formação docente**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade de Brasília. Brasília: 2009.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. **Evasão Escolar**. Disponível em: <http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gestão%20Pedagógico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20à%20evasão/EVASÃO%20ESCOLAR.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2016.

FLORES, Vânia de Fátima. **Um olhar sobre a implantação do ProInfo em escolas municipais de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado) na Universidade Federal de Lavras. Lavras: UFLA, 2014.

FOIS, Naira Fonseca. **PROINFO em Nova Iguaçu: tecnologia educacional e formação cultural ou informática educativa e semiformação**. Dissertação (Mestrado) na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Duque de Caxias, 2014.

FREIRE, Wilma Rodrigues. **Avaliação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional - PROINFO na perspectiva da formação docente em Fortaleza**. Dissertação (mestrado) na Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Fortaleza: 2014.

GUEDES, Francisca Danielle. **Elaboração de aulas com suporte de objetos educacionais digitais: estudo de caso realizado em uma escola participante do projeto um computador por aluno (UCA), em Fortaleza – CE.** Dissertação do Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2013.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) e sociais.** Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001, p. 30-41.

LANGNER, Rosane Ortiz. **Indicadores de disponibilidade e uso de TIC'S nos CEEBJA'S de Curitiba.** Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2014.

LARocca, P.; ROSSO, A. J.; SOUZA, P. de. **A formulação dos objetivos de pesquisa na pós-graduação em Educação: uma discussão necessária.** Brasília, DF: Revista Brasileira de Pós-graduação, 2005.

Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LÉVY, P. **A Máquina Universo: Criação, Cognição e Cultura Informática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

LIMA, José Fernandes de. **Sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação.** In: RONCA, A; ALVES, L (Org). O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação: educar para a equidade. São Paulo: Fundação Santillana, 2015. p. 19-31.

LOUREIRO, Carine Bueira. **Disseminação das tecnologias digitais e promoção da inclusão digital na educação pública: estratégias da governamentalidade eletrônica.** Tese (Doutorado) do Programa de Pós Graduação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: 2013.

MARTINS, Iris Laura Batista. **Política Pública e educação digital no ensino fundamental em Natal/RN: análise de eficácia da atuação dos objetivos do ProInfo Municipal.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2009.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIRANDA, Elisa Cardeal Mueller. **Inclusão Digital? Um estudo sociológico sobre o CDI Campinas.** Campinas: UNICAMP, 2005. 141 p. Dissertação (mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NERI, Marcelo; CARVALHAES, Luisa; PIERONI, Alessandra. **Inclusão Digital e Redistribuição Privada. Ensaios Econômicos**. No 606. 2005. Escola de Pós-Graduação em Economia. Fundação Getulio Vargas. Dez, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/917>>. Acesso em: 02 de setembro de 2016.

NONATO FILHO, Raimundo. **ProlInfo e o ensino de matemática em Pimenta Bueno-RO: implicações e desafios**. 137 f. Diss. (Mestrado) – Faculdade de Física, Mestrado em Educação em Ciências e Matemática, PUCRS. Porto Alegre: 2011.

OLIVEIRA, Hérica Queiroz. **Tecnologias de informação e comunicação na educação e inclusão socio-digital: uma avaliação do Programa de Informática na Educação PROINFO em Fortaleza**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Fortaleza: 2011.

PABLOS, J. **A visão disciplinar no espaço das tecnologias de informação e comunicação**. In: SANCHO, J. M.; HERNÁNDEZ. *Tecnologias para transformar a educação*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. **A Assistência na Perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

PLÁCIDO, Maria Elze dos Santos. **Formação continuada de professores : análise sobre uso das tecnologias da informação e comunicação – TIC na organização do trabalho pedagógico**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: 2011.

Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2001.

Portal do MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2017.

Portaria N° 552, de 09 de abril de 1997 dispõem sobre o Programa Nacional de Informática na Educação – ProlInfo

ProlInfo. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=462>>. Acesso em: 02 de setembro de 2016.

RICHIT, A; MALTEMPI, M. **A formação de professores nas políticas públicas de inclusão digital: o programa UCA-Erechim (RS)**. Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul, v. 18, n. 1, p. 17-41, jan./abr. 2013.

RONCA, Antônio Carlos. **A qualidade da Educação: políticas públicas e equidade**. In: RONCA, A; ALVES, L (Org). *O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação: educar para a equidade*. São Paulo: Fundação Santillana, 2015. p. 95-109.

SACRISTÁN, Jose Gimeno. **A educação obrigatória: seu sentido educativo e social**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SALES, Elisabete Rodrigues. **Tecnologias digitais: o seu lugar nas práticas pedagógicas em uma escola pública municipal do Piauí**. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: 2013.

SANTOS, Isabel Cristina Moreira. **Direito à comunicação como direito humano : desafios e potencialidades que a inserção das TIC na educação oferece para a superação da “cultura do silêncio” no campo**. Dissertação (mestrado) da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2013.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 5 ed. Campinas (SP): Autores Associados, 1999.

SEVERINO, A. J. **Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento**. Curitiba, PR: Diálogo Educacional, 2009.

SILVA, Angela Marcia da. **Histórias de Laboratórios, Laboratoristas e ensino de língua portuguesa**. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: 2013.

SILVA, Alzira Karla Araújo da; CORREIA, Anna Elizabeth Galvão; LIMA, Izabel França de. **O conhecimento e as tecnologias na sociedade da informação**. Rev. Interam. Bibliot, vol.33 no.1, Medellín Jan./June 2010. p. 1-25.

SILVA, Marcelo José da. **Do presencial ao virtual: contribuições do uso de ambientes virtuais e ferramentas on-line para o ensino de literatura**. Tese (Doutorado) do Centro de Letras e Ciências Humanas do Programa de Pós-Graduação em Letras Universidade Estadual de Londrina. Londrina: 2013.

SILVA, Maria Aparecida Ramos da. **O uso pedagógico das TIC como expansão das capacidades: o ProInfo Natal/RN**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Natal: 2010.

SILVA, MARIA LÉA GUIMARÃES DA. **A inclusão digital nas políticas públicas de inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação: o discurso e a prática dos cursos de formação de professores**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2014.

SILVA, Helena, et al. **Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania**. Ciência da Informação. [online], vol.34, n.1, p. 28-36, jan/abr, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1.pdf>>. Acesso em: 02 de setembro de 2016.

SILVA NETO, Carlos Eugênio da. **Competências em informação para inclusão digital: os professores da educação básica na sociedade em rede**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2014.

SILVA, Renan Cabral da. **Inclusão digital no Brasil : trajetória e casos do Programa aluno conectado em Pernambuco**. Dissertação (mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2013.

SOARES-VIEIRA, Azenaide Abreu. **Integração de tecnologias e webtecnologias no ensino de língua inglesa: concepções teóricas, crenças e interação na prática docente**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. São José do Rio Preto: 2012.

SPOSATI, Aldaíza. **Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social. Serviço Social e Sociedade**. n. 77, p. 30- 53. São Paulo: março de 2004.

STRAUB, Sandra Luzia Wrobel. **Política de informática na educação: o discurso governamental**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas: 2012.

TEIXEIRA, Adriana Gouvêa Dutra. **Difusão Tecnológica no Ensino de Línguas: o uso de computadores portáteis nas aulas de Língua Portuguesa sob a ótica da Complexidade**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Estudos Linguísticos, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2012.

TEIXEIRA, Cláudia Maria Francisca. **Inovar é preciso: concepções de inovação em educação dos programas Proinfo, enlaces e educar**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 2010.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG,1999.

TOCANTINS, Geusiane Miranda de Oliveira. **Apropriações de tecnologias da informação e comunicação por professores no contexto da educação do corpo na escola**. Dissertação (Mestrado)do PPGEF da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília. Brasília: 2012.

UCA. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo/proinfo-projeto-um-computador-por-aluno-uca>>. Acesso em: 02 de setembro de 2016.

WERTHEIN, J. **A Sociedade da informação e seus desafios**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

XAVIER, Cleber Cardoso. **Escolas parque de Brasília: uso do laboratório de informática pelos professores de arte.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arte da Universidade de Brasília. Brasília: 2013